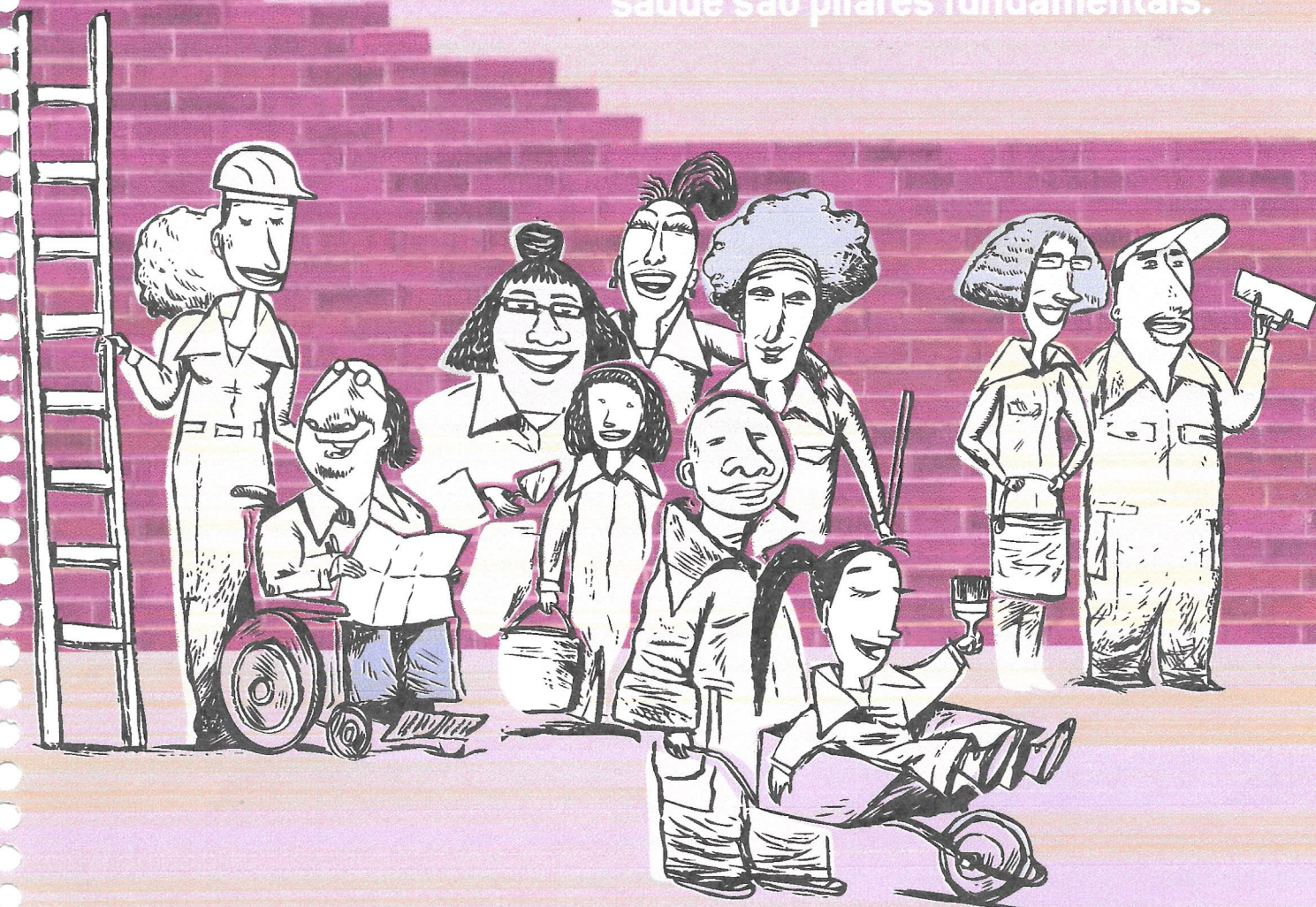


Escola de todos

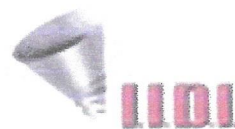
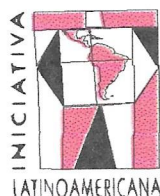
Um guia para contribuir no processo de construção de uma escola em que a participação, a inclusão e a promoção da saúde são pilares fundamentais.



Um projeto de:



Em parceria com:



Instituto Interamericano sobre Deficiência
& Desenvolvimento Inclusivo

Escola ***de todos***

1ª edição

Sergio Meresman

Colaboradoras

Kátia Maria Braga Edmundo

Daniella do Amaral Mello Bonatto

Geisa Ferreira do Nascimento

Cedaps

Rio de Janeiro

2008

Escola de todos / Sergio Meresman ; Daniella do Amaral Mello Bonatto, Geisa Ferreira do Nascimento, Katia Maria Braga Edmundo (colaboradoras). -- Rio de Janeiro : Cedaps, 2008.

ISBN 978-85-89711-02-9

112p. : il. Color. ; 23 cm.

1. Educação. 2. Inclusão. 3. Promoção da Saúde. I. Meresman, Sergio. II. Bonatto, Daniella do Amaral Mello. III. Nascimento, Geisa Ferreira do. IV. Edmundo, Kátia Maria Braga. VI. Título.

CDD 371



Ficha Técnica

Autores

SERGIO Meresman
DANIELLA do Amaral Mello Bonatto
GEISA Ferreira do Nascimento
KÁTIA Maria Braga Edmundo

Equipe técnica do projeto

ANTONIO Garcia
ALEJANDRO Peombo
MARCELA Cal Prunell

Organização das atividades

MARCELA Cal Prunell
LUCY Felix Garrana
SOLANGE Dacach

Elaboração do jogo Caleidoscópio Adolescente

MARCELA Cal Prunell
ANTONIO Garcia
ALEJANDRO Peombo

Desenho Gráfico

DOTZdesign

Ilustrações

MATIAS Berbejillo
ZIRALDO

Colaboradores na concepção

DANIEL Becker
ROSANGELA Berman Bieler

Este material foi desenvolvido pela equipe técnica de Escola de Todos com fundos do **Development Grant Facility** providos por **The Partnership for Child Development** (Inglaterra).

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| CARTA AOS DIRETORES E DIRETORAS DE ESCOLAS | 9 |
| APRESENTAÇÃO | 10 |
| Os parceiros | 11 |
| CEDAPS | 11 |
| Iniciativa Latinoamericana | 11 |
| Instituto Interamericano sobre Deficiência & Desenvolvimento Inclusivo | 12 |
| Conselho Consultivo | 13 |
| COMEÇANDO A FALAR DA ESCOLA DE TODOS | 16 |
| Pontos de partida | 16 |
| Perguntas e respostas | 17 |
| Este material é para você | 18 |
| Uso do material | 18 |
| PARTE I - OS FUNDAMENTOS DE UMA ESCOLA DE TODOS | 20 |
| 1. O contexto em que trabalhamos | 20 |
| 2. O enfoque de Desenvolvimento Inclusivo | 21 |
| 3. Mas... para que serve uma Escola de Todos? | 24 |
| 3.1. Escola de Todos e filosofia educativa | 24 |
| 3.2. Escola de Todos e qualidade educativa | 24 |
| 3.3. Escola de Todos, eqüidade e inclusão | 25 |
| 4. E, por que é importante falar de "todos" na escola? | 30 |
| 4.1. A questão das diferenças e da diversidade | 31 |
| PARTE II – A ESCOLA DE TODOS É UMA CONSTRUÇÃO | 32 |
| 1. A base da Escola de Todos é a prática docente e o PPP | 32 |
| 1.1. A prática docente | 32 |
| 1.2. O Projeto Político Pedagógico - PPP | 34 |
| Fatores no Projeto Educativo: identidade e diversidade | 34 |
| Atores na construção do projeto | 35 |
| 2. Os Pilares da Escola de Todos | 38 |
| 2.1. O pilar da educação inclusiva | 38 |
| 2.2. O pilar da promoção de saúde | 42 |
| 2.3. O pilar da participação | 43 |
| Participação e Educação | 44 |
| Participação e desenvolvimento pessoal (empowerment) | 45 |
| Participação e desenvolvimento social | 46 |
| Processos participativos e Escola de Todos: algumas recomendações | 46 |
| PARTE III - MÃOS À OBRA!!! | 48 |
| O professor dinamizador e o clima do grupo | 48 |

| | |
|--|------------|
| A visualização do que é preciso | 51 |
| 1. Diagnóstico | 54 |
| 1.1. Visão de Futuro | 56 |
| 1.2. Matriz de Barreiras e Oportunidades | 58 |
| 1.3. Matriz de Participação | 60 |
| 2. Plano de ação – como passar da idéia ao projeto | 70 |
| 2.1. Priorização de problemas | 72 |
| 2.2. Identificação dos problemas | 73 |
| 2.3. Levantamento de recursos disponíveis - do problema à solução | 75 |
| 2.4. Definição da estratégia principal | 76 |
| 2.5. Síntese do plano de ação | 78 |
| 2.6. Desenvolvendo as etapas metodológicas | 79 |
| 2.7. Avaliação | 80 |
| 2.8. Passando a limpo nossas idéias - Roteiro de plano | 81 |
| PARTE IV – JOGOS E DINÂMICAS GRUPAIS PARA PENSAR A DIVERSIDADE E A PARTICIPAÇÃO | 84 |
| 1. A estratégia lúdica | 84 |
| 1.1 O papel do educador | 85 |
| 1.2 Os adolescentes e a exclusão | 86 |
| 2. Jogos e dinâmicas de apresentação e consolidação grupal | 87 |
| 2.1 Jogos de apresentação | 88 |
| 2.2 Jogos de aquecimento e quebra-gelo | 90 |
| 2.3 Jogos de consolidação grupal | 92 |
| 2.4 Jogos para armar subgrupos | 94 |
| 2.5 Jogos de despedida | 95 |
| 3. Jogos e dinâmicas para explorar conceitos chaves | 96 |
| 3.1 Dinâmicas para definir termos | 96 |
| 3.2 Sobre o conceito de Inclusão | 98 |
| 3.3. Sobre o conceito de Diversidade | 100 |
| 3.4. Sobre os conceitos de Desenho Universal e Acessibilidade | 102 |
| 3.5. Sobre o conceito de Participação | 103 |
| 4. Jogos e dinâmicas para saber onde estamos e pensar para onde queremos ir | 106 |
| 4.1 Para saber onde estamos | 106 |
| 4.2 Para pensar para onde queremos ir | 107 |
| 5. Jogos e dinâmicas para avaliar | 108 |
| 5.1 Grupais | 108 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 109 |
| ANEXO I – GLOSSÁRIO DA ESCOLA DE TODOS | 110 |
| ANEXO II - CRONOLOGIA DO MOVIMENTO DA SOCIEDADE PELA INCLUSÃO NO MUNDO | 116 |

"O labirinto que conduz a uma escola de todos e de todas precisa de diferentes mapas e instrumentos de navegação".

(Oficina "Escola de Todos", Junho de 2006)

"Em busca de algum indicador do caminho, recorreremos ao oráculo. Este reflete uma encruzilhada e somente oferece uma saída, mas uma saída condicional: é condição fundamental a plena receptividade interior, que em chinês equivale a ... veracidade".

(D.J. Vegrhmann, Apresentação del I Ching)

Agradecimento

Queremos agradecer a cada uma das pessoas que contribuíram para a construção deste Guia: o Conselho Consultivo do Brasil, o Conselho Consultivo do Uruguai, especialmente os professores e professoras cujos depoimentos ou projetos ajudaram a ilustrar este material.

Agradecemos especialmente ao cartunista Ziraldo e ao Banco Mundial, na pessoa do Economista Senior Ricardo Silveira pela ilustrações gentilmente cedidas da cartilha “Educação Inclusiva”, Banco Mundial, 2004.





Carta aos Diretores e Diretoras de Escolas

Caros parceiros,

Este é um Guia realizado especialmente para contribuir no processo de construção de uma Escola de Todos. Uma escola em que a participação, a inclusão e a promoção da saúde são pilares fundamentais.

Centramos nossas propostas de atividades, sugestão de reflexões e roteiros de planejamento para dinamização de um professor e uma instituição sensibilizados para a proposta. Falamos de um profissional que tenha habilidade e confiança na construção compartilhada de processos inclusivos que envolvam toda a comunidade escolar: outros professores, alunos, seus familiares e a comunidade em que a escola está inserida, incluindo as organizações que possam colaborar. Uma profunda reflexão sobre os caminhos percorridos pela escola e o contexto comunitário se fará necessária, assim como a construção de uma visão de futuro na qual o processo de formação de todas e todos alunos (em suas múltiplas e singulares necessidades) seja o elemento norteador.

Cada um de nós é um ser único e tem necessidades especiais para aprender e se desenvolver como pessoa e cidadão. Uma educação de qualidade pressupõe a consideração e inclusão respeitosa de todas essas diferenças.

A direção da escola também tem um papel fundamental na construção da Escola de Todos. Ela representa, muitas vezes, o elo de integração que garante a gestão participativa da escola. A centralidade do diretor não é apenas administrativa, é parte integrante da cultura da escola. A gestão de um diretor/a imprime uma marca à escola, contribui para o seu papel no contexto em que está inserida e muitas vezes pela própria imagem construída pela sociedade. A partir dos diretores de escolas, temos escolas mais ou menos abertas, mais ou menos fortes, mais ou menos exigentes...

Gostaríamos de poder contar com a sua colaboração especial, no sentido de apoiar, motivar, colaborar administrativamente, e ainda dinamizar as ações desenvolvidas na perspectiva de construção da sua escola como uma Escola de Todos.

Sua colaboração e participação é fundamental!

Projeto Escola de Todos

Este Guia para a Implementação de Projetos “Escola de Todos”¹ é o resultado de um trabalho compartilhado entre CEDAPS, Iniciativa Latinoamericana, Instituto Inter-Americano sobre Deficiência & Desenvolvimento Inclusivo e um conjunto de especialistas nas áreas de educação, saúde, inclusão e participação de crianças, adolescentes e jovens.

Este trabalho foi iniciado em 2006 no intuito de envolver diversos atores e oferecer ferramentas que contribuam para mudanças práticas e substanciais no cotidiano escolar. Considera fundamental que professores, alunos, famílias e comunidades se tornem promotores de princípios e ações de um processo educativo baseado no diálogo e na construção coletiva do conhecimento em favor do desenvolvimento inclusivo.

Os determinantes sociais (pobreza, violência estrutural, diminuição da capacidade de suporte familiar) sobre a educação, a saúde, o bem-estar e a inclusão de alunos e professores são tão presentes que, para mudar essa realidade, é imprescindível abriremos um processo intenso de participação na escola e na comunidade.

Em nossa proposta, a participação dos alunos é um “caminho” para viabilizar mudanças e permitir que exercitem a transformação de sua realidade, devendo ser

enfocada na produção de conhecimentos e no apoio ao trabalho da escola: melhorar a prática dos professores, fortalecer o Projeto Político Pedagógico - PPP, melhorar o vínculo entre escola, família e comunidade, criar novas oportunidades para que os alunos se expressem e aprendam.

Sendo assim, a própria elaboração do Guia foi feita de forma participativa e envolveu atividades como:

1. Pesquisa de material/experiências;
2. Seminário de planejamento;
3. Rodas de conversa com profissionais da rede municipal de ensino no Rio de Janeiro e no Uruguai;
4. Rodas de conversa e pesquisa com alunos da rede municipal de ensino no Rio de Janeiro e no Uruguai;
5. Sistematização das informações na Matriz de Participação² a partir do material/experiências pesquisadas e rodas de conversa;
6. I e II Oficinas “Idéias e Práticas em Debate”, para elaboração participativa do Guia;
7. Constituição do Conselho Consultivo do Guia Escola de Todos;
8. Testagem do jogo Caleidoscópio Adolescente.

¹ Ao longo de todo este texto, quando dizemos “todos” referimo-nos a “todos e todas”, incluindo os e as adolescentes que propomos como atores fundamentais da proposta. Vamos utilizar o pronome indefinido todos para que o texto resulte mais fácil de ler, mas cada menção que fazemos referir-se-á igualmente a todos e a todas.

² Este item será detalhado na Parte III – Mãos à Obra, no item 1 - Diagnóstico.

Os Parceiros

CEDAPS³

O Centro de Promoção da Saúde – CEDAPS - é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, criada em 1993, que atua no Rio de Janeiro e mais recentemente em outros estados. Toda a ação do CEDAPS é baseada em processos de cooperação técnica, proporcionados pela metodologia Construção Compartilhada de Soluções em Saúde, cujo processo permite ainda a organização e a interação de diferentes ações sociais em rede, fomentando e potencializando essencialmente a mobilização política dos movimentos organizados.

Trabalha com os conceitos de Promoção da Saúde, Educação Popular e de Comunidades Saudáveis, atuando em dois pólos da Promoção da Saúde: contribui para o aperfeiçoamento de políticas públicas e para melhorar a qualidade dos serviços existentes; e fortalece as comunidades para que se tornem gestores sociais ativos, gerando soluções em saúde com recursos próprios, trabalhando na perspectiva do empoderamento e da organização em rede.

INICIATIVA LATINOAMERICANA⁴

A Iniciativa Latinoamericana é um espaço aberto de encontro para empreendimentos de inovação social e participação cidadã. Sua missão é contribuir criativamente para o desenvolvimento social equitativo e sustentável, através da geração de conhecimentos e práticas inovadoras, solidárias e de excelência, centradas na dignidade e nos direitos da pessoa.

As linhas de trabalho articulam as atividades de pesquisa, assessoria, educação e comunicação:

- Iniciativas e políticas culturais do sul
- Gestão e educação ambiental
- Promoção de Saúde
- Iniciativa Jovem: formando empreendedores solidários
- Sexualidade e gênero: promoção da saúde sexual e reprodutiva
- Prevenção integral do HIV/Aids
- Inclusão
- Diversidade

³Para saber mais, ver o site www.cedaps.org.br

⁴Para saber mais, ver o site www.inlatina.org

INSTITUTO INTERAMERICANO SOBRE DEFICIÊNCIA & DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO

O Instituto Interamericano sobre Deficiência & Desenvolvimento Inclusivo foi fundado em Washington (EUA) em 1999 para promover a inclusão e a autonomia das pessoas com limitações funcionais e suas famílias na Região Interamericana. Por sua abordagem inovadora, o IIDI projetou-se internacionalmente como uma entidade técnica, promotora de cidadania e de inclusão social, atuando através de dois eixos estratégicos principais: direitos humanos e desenvolvimento inclusivo.

Entre suas várias atividades na Região, o IIDI editou a versão em espanhol da revista eletrônica “DisabilityWorld.org”, disseminando informações sobre avanços e atividades da área da Deficiência em todo o mundo. O Instituto é reconhecido por sua atuação como facilitador da informação e da capacitação e estimulador da cooperação internacional e multicultural em prol de uma sociedade inclusiva.

No campo dos Direitos Humanos, o trabalho desempenhado pelo IIDI, como articulador e difusor dos processos de desenvolvimento e ratificação da Convenção Interamericana (OEA) e da Convenção Internacional de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU) contribuiu para o reconhecimento de seu papel protagonista na luta pela inclusão social e pela plena cidadania para todos.

Nos últimos anos, o Instituto vem também desenvolvendo e disseminando o novo enfoque de Desenvolvimento Inclusivo, prestando consultoria a agências internacionais, governos e sociedade civil, entre outros. Este enfoque visa possibilitar a construção de ações, programas e políticas públicas abrangentes e para todos, ao invés de favorecer projetos isolados e pontuais para setores específicos da sociedade. Visa, assim, recuperar o amplo aprendizado e a rica trajetória e liderança social que as organizações civis e governamentais vinculadas às pessoas com deficiência geraram no campo dos direitos humanos, civis e políticos e criar novas e fortes alianças para o combate à pobreza e a construção de sociedades realmente inclusivas, também no plano sócio-econômico.

Através de suas listas de discussão em rede: discapacidadyderechoshumanos@gruposyadoo.com e desarrolloinclusivo@gruposyadoo.com.ar, o IIDI estimula debates intensos, gerando oportunidades de intercâmbio e subsidiando ações coordenadas para a promoção de uma sociedade inclusiva no continente e no mundo.

CONSELHO CONSULTIVO

Através das Oficinas “Práticas e Idéias em Debate” foi constituído um grupo de trabalho multidisciplinar e intersetorial denominado Conselho Consultivo do Projeto Escola de Todos, que teve a finalidade de: acompanhar o processo de construção do Guia; fomentar a discussão nas escolas para promover a participação de alunos no Projeto Político Pedagógico da Escola de Todos, que incentiva a inclusão, promoção de saúde, participação e prática docente; buscar o envolvimento dos Ministérios da Educação e Cultura (Brasil); construir estratégias para a aplicação e disseminação do Guia, através de parcerias com instâncias governamentais para garantir a sustentabilidade da intervenção.



MEMBROS DO CONSELHO NO BRASIL

Alexandre C. Baroni – Instituto Interamericano sobre Deficiência & Desenvolvimento Inclusivo

Aline Bressan – Consultora do Ministério da Saúde

Carlos dos Santos Silva – Profissional da Secretaria Municipal de Saúde do RJ/Gerência de Saúde do Escolar

Decio F. Baroni – Conselho Municipal de Assistência Social Maringá (PR)

Eneida Trovão – Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Gil Vicente - SME/RJ

Lilia Pinto Martins – Representante do CVI - Centro de Vida Independente

Lucy Felix Garrana Freijanes – Professora da Escola Municipal Prof. Lourenço Filho/ Núcleo de Adolescentes Multiplicadores - SME/RJ

Marcelle Lima dos Santos – Aluna do IPEG - Instituto de Previdência do Estado da Guanabara

Margarete A. S. R. Bandeira – Diretora do CIEP Posseiro Mario Vaz - Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro – SME/RJ

Maria Aparecida Lemos – Representante do Movimento Nacional de Cidadãs PositHIVas – RJ

Maria Cecília de Souza – Profissional da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro -SEE/RJ

Marisa Cristina da Costa – Aluna da Escola Municipal Haydéa Vianna Fiúza de Castro (RJ)

Mauro Lima – Participante do Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro

Milena Souza de Andrade – Profissional do Adolescentro Paulo Freire da Secretaria Municipal de Saúde/RJ

Regiane Rezende – Profissional de Escolas Promotoras de Saúde – SESAU/TO

Renata Carvalho – Representante do CVI - Centro de Vida Independente

Sâmia P.S.Chales – Profissional da Secretaria de Saúde do Estado de Tocantins – SESAU/TO

Silvanir Alda – Representante do CVI - Centro de Vida Independente

Sinvaldo do Nascimento Souza – Professor da Escola Municipal Joaquim da Silva Gomes - SME/RJ

Thomaz Santos (NAM) – Aluno da Escola Municipal Professor Lourenço Filho (RJ)

MEMBROS DO CONSELHO NO URUGUAI

Alejandra Scafatti – Departamento do Aluno CODICEN

Alejandro Rodríguez – Inlatina

Alfredo Nieto – Fundação Braille

Ana Fossatti – MONAMI

Anabela Lázaro – Departamento do Aluno CODICEN

Andrea Demestoy – Secundaria

Andrea González – Departamento do Aluno CODICEN

Antonio García – Inlatina

Antonio Irazabal – Fundação Braille

Eliana González – Associação de Surdos

Gabriela Cutinella – Secundaria

Graciela Mercapide – Secundaria

Helena Laxalde – Departamento do Aluno

Hilda Surraco – Inspeção CODICEN

Ivette Bueno – Secundaria

Kuarahy Muniz – Secundaria

Leonor Silva – Secundaria

Loreley Dorelo – Secundaria

Marcela Cal – Inlatina

Martín Quiñones – Secundaria

Mónica Ricamonte – Secundaria

Pablo Fernández – Secundaria

Vanesa Ferreira – Secundaria

Começando a falar da Escola de Todos

PONTOS DE PARTIDA

O ponto de partida na preparação deste material foi uma série de perguntas compartilhadas entre pessoas e instituições que trabalham há vários anos buscando o melhoramento da qualidade educativa⁵ através de propostas de promoção de saúde, educação inclusiva, participação juvenil e inclusão social.

Muitas pessoas e organizações que participaram nesta iniciativa reconhecem a origem de sua busca e sua visão de futuro na estratégia de “educação para todos” e suas intersecções com o enfoque de direitos humanos e na necessidade de que a educação contribua para sociedades mais integradas, inclusivas e justas.

Começamos nossas oficinas reunindo perguntas em uma sacola, na qual cada participante colocou em um papel sua pergunta acerca de nossa proposta de “Escola de Todos”⁶. A partir dali, agrupamos em pequenos conjuntos as questões elaboradas e que seriam utilizadas como eixos organizadores de nosso trabalho.

EM QUE PENSAMOS QUANDO FALAMOS DE “ESCOLA DE TODOS”?

- Que tipo de condições (institucionais, motivacionais, de liderança, de dinâmica grupal e outras) contribuem para estimular ou desestimular a participação dos jovens?
- O que os professores podem fazer para gerar melhores condições e facilitar a participação dos jovens? Que tipo de ferramentas ajudam o professor a favorecer processos de participação dos jovens?
- Que fatores na instituição escolar (currículo, materiais, espaços, Projeto Político Pedagógico, vínculo com as famílias e a comunidade ou outros) favorecem processos inclusivos e participativos?
- Que oportunidades existem nas políticas públicas para que as instituições, os docentes e os adolescentes possam participar em iniciativas de inclusão e desenvolvimento na comunidade?
- Com que oportunidades e recursos os docentes contam, a partir de sua própria prática, para promover a participação dos adolescentes em projetos de inclusão — na escola e na comunidade?

⁵ O “Informe Delors” elaborado para a Unesco (1996) assinala que a educação tem como fundamento quatro grandes pilares ou aprendizagens: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver com os demais e aprender a ser. A Escola de Todos procura contribuir com a qualidade educativa a partir deste paradigma. Isto é, não como uma resultante de “excelência” em uma só destas aprendizagens, mas também como contribuição ao projeto educativo da escola e ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

⁶ Dinâmica do “Caderno de Perguntas”, elaborada pelo CEDAPS.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

Sobre a relação entre pergunta e resposta, poderiam ser preenchidas páginas e páginas com citações e referências coincidentes: toda pergunta clara contém em si mesma a resposta. Interessa, por isso, a precisão nas perguntas, pois nenhum “sábio” poderá responder corretamente a uma pergunta imprecisa ou fora de lugar.

Quando pronunciamos a pergunta, é como se a resposta estivesse à espreita. Algumas perguntas são como se a pessoa as dirigisse a si mesma e em si mesma está a resposta. Daí a sábia inscrição que havia sobre o oráculo de Delfos: “Conhece a ti mesmo”. Mas acontece que, quase invariavelmente, a pessoa encontra-se travada diante de si mesma e só é capaz de ouvir sua própria resposta quando lhe chega de fora.

[D.J. Voglmann, Apresentação do I Ching]

Em nosso enfoque, as perguntas que nos colocaram antecipavam de imediato possíveis obstáculos ou complicações que atravessam nossa área de trabalho. Sem esquecer a necessidade de que cada instituição educativa responda por si mesma aos desafios dos ideais de inclusão, diversidade e qualidade educativa, procuramos neste material apresentar alguns elementos que, vindos “de fora”, permitam trabalhar e construir socialmente as respostas buscadas.

Em todo caso, as perguntas são sempre úteis e necessárias para mobilizar o desejo de aprender (Mannoni, 1970); problematizar a realidade (Freire, 1987); gerar desequilíbrios cognitivos (Piaget, 1976); e nos colocar num lugar de reflexão que seja capaz de encontrar a receptividade interior necessária para transformar o pensamento e a ação.

Sabemos também que não se trata de encontrar respostas absolutas nem definitivas e, sim, de nos aproximar a uma construção provisória, que permita seguir avançando e entender que, além das relações causais, as coletividades e organizações humanas estão atravessadas por fatores subjetivos, vinculares (e, com frequência, “irracionais”) a serem considerados.

ESTE MATERIAL É PARA VOCÊ

Os destinatários deste material são os integrantes da equipe educativa (professores, coordenadores pedagógicos) e as instituições de ensino interessadas em gerar e sustentar espaços de participação e inclusão de seus alunos rumo a uma Escola de Todos.

Para sua elaboração, reunimos a visão de especialistas e acadêmicos com o olhar crítico e a experiência prática que dão suporte aos profissionais da educação. Consultamos também professores, adolescentes, famílias e membros da comunidade, estendendo assim as imprescindíveis pontes entre as idéias, os ideais e a prática concreta. Isto permitiu atribuir a nossa visão e eixo principal de trabalho (a busca de uma educação de qualidade para todos) o caráter de utopia (no sentido de aquilo para onde acordamos que devemos nos dirigir) e escapar do freqüente dilema entre “o desejável” e “o possível” que costuma paralisar as tentativas de transformação.

USO DO MATERIAL

Embora este Guia tenha uma lógica interna que se reflete na seqüência concreta dos conteúdos e atividades propostas, deverá ser utilizado de modo flexível em função das diferentes necessidades de cada docente e das características de cada aluno, grupo, escola, país e/ou contexto. O facilitador do projeto pode selecionar aquelas atividades do conjunto do material que mais se acomodem às prioridades identificadas.

Pode ser utilizado em diferentes contextos e tipos de atividades:

- Como material de para planejamento e implementação de projetos de participação em temas de inclusão, saúde, direitos, cidadania etc.
- Em disciplinas de formação inicial de professores e outros profissionais.
- Em cursos e oficinas para a formação em serviço dos professores ou membros de organizações juvenis e da sociedade civil.

1 O contexto em que trabalhamos

Em toda a América Latina a educação e os educadores têm se repensado a partir de novos paradigmas e premissas, procurando introduzir outras formas de raciocinar, trabalhar e conviver. As enormes transformações sociais e familiares que caracterizam nosso tempo trouxeram consigo novas complexidades e desafios. O desafio geral para a educação do futuro é tão complexo quanto responder a estas interrogações: que valores a escola deve transmitir numa sociedade cada vez mais segregada, violenta e competitiva? Que conhecimentos deverão ser trabalhados de forma prioritária? O que deve ser feito para avançar rumo a uma educação mais igualitária e de melhor qualidade?

Hoje se admite que o acesso a uma educação pública de qualidade é um direito universal que deve alcançar a todas as pessoas, além de ser um elemento fundamental de inclusão e coesão social. Reconhece-se também que todas as crianças têm capacidades e potencialidades singulares e que estas distintas características exigem respostas diversas por parte da escola.

Simultaneamente, as escolas consolidam-se cada vez mais como um espaço de integração para distintos programas e políticas educativas e de promoção so-

cial. Na medida em que as mudanças nas políticas públicas, os processos de descentralização e as ferramentas de gestão institucional conseguem ir adequando-se umas a outras, as escolas emergem como lugar de encontro (e também desencontros) entre as famílias, suas necessidades, as redes de serviços e proteção social e as propostas para o desenvolvimento integral das crianças.

A pergunta que devemos nos fazer é como esta integralidade pode ser planejada e construída, ou se ela se imporá devido à própria “acumulação” de necessidades, programas, demanda e assistencialismo. Quando não há convergência, mas acumulação, a atenção às variáveis que determinam o processo de ensino-aprendizagem implica maior complexidade a “o que fazer” da escola e dos docentes. Conforme se integram estas ações ao projeto educativo e se demarcam (em função das capacidades e objetivos específicos) as contribuições que a escola é capaz de trazer ao desenvolvimento integral dos jovens e de sua comunidade, aparecem oportunidades de enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem e de vinda para a escola de recursos de colaboração em rede e gestão associada.

2 O enfoque de Desenvolvimento Inclusivo

No devir da civilização moderna, a humanidade estabeleceu consigo mesma diferentes modos de governança global. Uma forma interessante de explicitar esses modos é a que remete aos “quatro grandes contratos sociais globais” (Petrella, 1996):

- a. O contrato das necessidades básicas
- b. O contrato cultural
- c. O contrato democrático
- d. O contrato da terra.

Cada um destes “contratos” foi enfocado em um aspecto particular do desenvolvimento, por exemplo:

- **Desenvolvimento econômico:** enfocado no crescimento do Produto Interno Bruto do país;
- **Desenvolvimento econômico e social:** orientado ao aumento de riqueza e melhora nas condições de vida da população;
- **Desenvolvimento social:** busca uma distribuição eqüitativa dos produtos do desenvolvimento;
- **Desenvolvimento humano:** incorpora os elementos da educação e da saúde para todas as pessoas;
- **Desenvolvimento sustentável:** não é agressivo com a natureza e está enfocado no futuro do planeta e da civilização;

O **Desenvolvimento Inclusivo** é uma busca por harmonizar os modelos existentes e avançar numa resposta alternativa às persistentes “dívidas” das estratégias de desenvolvimento por não terem conseguido erradicar ou reduzir significativamente a pobreza e promover a convivência democrática em condições de vida digna para todos. Implica desenhar e implementar ações e políticas para o desenvolvimento socioeconômico e humano que procuram a igualdade de oportunidades e direitos para todas as pessoas - independentemente de status social, sexo, idade, condição física ou mental, raça, religião, orientação sexual etc - em equilíbrio com o meio ambiente.

O Desenvolvimento Inclusivo valoriza a contribuição de cada ser humano ao processo de desenvolvimento e busca gerar as condições necessárias para isso: nas escolas e liceus, na comunidade, no mundo científico e do trabalho. Não discrimina e coloca os seres humanos como sujeitos e principais beneficiários do desenvolvimento. Promove a diferença, aprecia a diversidade e a transforma numa vantagem, uma oportunidade, um direito, guiando-se por princípios de eqüidade e justiça. Combate a pobreza dando visibilidade aos grupos em situação de vulnerabilidade, para posicionar suas necessidades nos programas e políticas públicas gerais. Busca assim o acesso de todos à ação pública, a equiparação de oportunidades e a eqüidade.

Para promover ações visando à saúde, educação, participação e inclusão social e para que estas alcancem a todas as manifestações da diversidade humana, deve-se considerar, desde seu desenho até sua implementação, as condições, situações e necessidades que possam ter um impacto em seu desenvolvimento. Não se trata somente de postular a inclusão de todos como tema de direitos humanos e um princípio de equidade, mas de propor alternativas para que as capacidades e diversidades do humano sejam usadas visando a uma sociedade para todos.

As pessoas com deficiência e muitas de suas organizações têm se destacado por suas contribuições aos processos de desenvolvimento e às políticas educativas (os avanços da educação especial), de saúde (os enfoques de reabilitação baseada na comunidade), transporte e infra-estrutura (enfoque de “desenho universal”). Estes desenvolvimentos inovadores têm sido aplicáveis para remediar sua própria condição de exclusão, mas têm demonstrado também que esta não mudará se não mudar a qualidade de vida e a cultura social de toda a população. Uma visão inclusiva só tem sentido se abranger todas as pessoas. Não se trata de dar respostas específicas e isoladas, mas amplas e gerais, de maneira que respondam a todos os grupos sociais de acordo com suas necessidades.

Essa visão, ainda em construção e sem dúvida enriquecida por anos de desenvolvimento conceitual e ação política, é a que devemos denominar **Desenvolvimento Inclusivo**. Para o enfoque de Desenvolvimento

Inclusivo, as pessoas com deficiência não se definem por sua condição de saúde, nem sequer por um limite em sua capacidade funcional. A deficiência surge de uma interação entre o funcionamento humano e um ambiente que não leva em conta os diferentes níveis e necessidades funcionais. Em outras palavras, as pessoas com deficiências físicas ou mentais são freqüentemente “deficientes” não tanto devido a uma condição diagnosticada, mas porque a sociedade negou-lhes o acesso à educação e aos espaços públicos que necessitam e aos que têm direito como todas as outras.

Para ilustrar esta relação entre “deficiência” e “funcionalidade”, podemos utilizar a seguinte equação (Medeiros, 2005):

$$\text{Deficiência} = \text{funcionalidade} \times \text{ambiente}$$

Se dermos peso “zero” a um ambiente (ou seja, que não oferece barreiras), o resultado do prejuízo à funcionalidade possível será sempre “zero”, independente do peso atribuído à deficiência. Entretanto, se o ambiente tiver barreiras e pesar “contra” a pessoa, incrementa-se em proporções progressivas a deterioração da capacidade funcional.

$$\begin{aligned} \text{Funcionalidade } 1 \times \text{Ambiente } 0 &= 0 \text{ Deficiência} \\ \text{Funcionalidade } 5 \times \text{Ambiente } 0 &= 0 \text{ Deficiência} \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{Funcionalidade } 1 \times \text{Ambiente } 1 &= 1 \text{ Deficiência} \\ \text{Funcionalidade } 5 \times \text{Ambiente } 5 &= 25 \text{ Deficiência} \end{aligned}$$

Esta maneira de ver a deficiência parte do denominado “modelo social”, que contrasta com o antigo “modelo médico”, o qual focalizava unicamente a condição médica do indivíduo. O modelo social conceitualiza a deficiência como um produto da interação entre as condições individuais e as limitações do entorno.

Jimena tem 15 anos e em 2005 frequentava o último ano que podia cursar no Liceu Nº 37. Tanto a diretoria do Liceu quanto seus professores eram unânimes em assinalar que o problema de Jimena era sua má conduta e sua inconstância no esforço e na frequência às aulas.

No momento do início da **Iniciativa Jovem para a Inclusão**, a adolescente tinha protagonizado um episódio violento com uma colega do Liceu, à qual chamava depreciativamente de “a gorda”. Esta colega integrou-se também desde o início às atividades de Iniciativa e, num primeiro momento, a presença de ambas gerou um ambiente de tensão dentro do grupo. A tensão foi deflagrada em um dos recreios numa forte troca de ofensas entre ambas.

O tema foi então abordado na oficina: a menina tinha expressado uma lógica de exclusão, tentando expulsar a outra, conservando dessa maneira seu lugar na atividade. Quando a troca de ofensas consistiu em denomi-

nar uma à outra pelos termos “gorda” e “negra”, abriu-se uma oportunidade de trabalho e discussão dentro dos eixos da proposta da Iniciativa Jovem para a Inclusão. Embora a tensão parecesse continuar sem mudança durante as oficinas imediatamente posteriores, na medida em que o tema pôde ser abordado, a situação foi se acalmando até que, numa atividade, vimos as duas adolescentes batendo papo animadamente.

Na última oficina de 2005, os educadores lembraram ao grupo a tensão vivida e a convivência que era possível naquele momento. Jimena comentou que tinha entendido naqueles meses que, embora houvesse algumas pessoas com as quais custava-lhe relacionar-se, podia trabalhar com elas e conviver produtivamente num espaço sem necessidade de agredir nem expulsar. Resultou também uma grata surpresa para o diretor e os docentes do Liceu a constância de Jimena no trabalho, já que foi uma das adolescentes mais pontuais e perseverantes.

História extraída dos relatórios de oficinas e trabalho de campo do Projeto Escola de Todos no Uruguai.

3 Mas... para que serve uma Escola de Todos?

A pergunta “para que serve uma escola” permite-nos interrogar uma série de pontos de vista que correspondem à filosofia da educação, às discussões sobre qualidade educativa e aos aspectos de equidade e inclusão. Como entendemos a relação entre Escola de Todos e cada uma destas dimensões?

3.1 ESCOLA DE TODOS E FILOSOFIA EDUCATIVA

“Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; e, finalmente, aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes”
(DELORS, 2006:89).

Alguns dos trabalhos mais recentes realizados por Edgar Morin (2002) para a Unesco tentam responder a interrogações que nos esperam a cada dia quando entramos na sala de aula: o que a escola tem para ensinar?

- Ensinar as cegueiras do conhecimento: dar a oportunidade de aprender sobre a ilusão e os “erros da mente”;
- Ensinar os princípios do conhecimento pertinente: ensinar a interpretar o contexto e a resolver problemas;
- Ensinar a condição humana: ensinando que o ser humano é ao mesmo tempo físico biológico, psíquico, cultural, social e histórico;
- Ensinar a identidade terrena e a história da terra: para que se compreenda desde idades tenras que o destino do homem está intimamente ligado ao destino da terra e da natureza;

- Ensinar a enfrentar o incerto: através do ensino de estratégias que permitem controlar riscos, resolver o inesperado;
- Ensinar a compreensão: a escola de hoje oferece inúmeras oportunidades para aprender as raízes da incompreensão, como o racismo, a xenofobia.

3.2 ESCOLA DE TODOS E QUALIDADE EDUCATIVA

Em nosso enfoque, a Escola de Todos implica um projeto de trabalho e desenvolvimento cuja meta, em última instância, é conseguir uma educação melhor para todos. Para que isto se torne realidade será necessário superar as visões tradicionais sobre as necessidades educativas especiais de algumas crianças (que tem sido a estratégia educativa hegemônica oferecida às crianças com deficiência) e contar com uma estratégia no sentido de:

- melhorar a escola como instituição e
- melhorar o processo de ensino-aprendizagem.

Para melhorar a escola como instituição, são necessárias ações de fortalecimento de sua identidade (conhecimento de sua realidade, visão, missão, coesão) e projeto pedagógico (traduzir as diretrizes e objetivos em conceitos operativos, plano de ação e propostas práticas). Todas as escolas têm uma cultura, uma história e uma equipe de trabalho que inevitavelmente incidem em sua resistência ou disponibilidade a mudanças. É necessário levar em conta estas dimensões e mobilizar processos que dêem a cada um ferramentas para melhorar e contribuir para os objetivos projetados.

Nos últimos anos, temos assistido à intensificação da dimensão expulsiva da instituição educativa: cada vez mais, crianças e adolescentes a sentem como um espaço alheio, não acolhedor e ao qual não pertencem. Por isso, cremos que escolas e liceus devem abrir-se às novas subjetividades de crianças e adolescentes; em particular as instituições de educação secundária, às novas culturas juvenis, permitindo aos jovens se apropriar dos espaços, impregná-los de seus códigos estéticos, desenvolver iniciativas próprias e participar em diferentes níveis de decisão institucional.

Para melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, são necessárias estratégias que otimizem a prática do-

cente e enriqueçam os espaços e ferramentas através dos quais as crianças constroem suas aprendizagens. Necessita-se com frequência adequar e atualizar os conteúdos curriculares e as atividades de ensino, promover a busca de temas e propostas que se orientem para aprendizagens socialmente significativas e relevantes e dar apoio aos professores, estimulando-os permanentemente para que suas metodologias procurem o melhor desempenho possível de cada criança no plano cognitivo, afetivo, produtivo e social.

Muitas vezes, a mesma preparação de um Projeto de Melhoria Educativo constitui uma oportunidade real e efetiva de participação e compromisso para toda a comunidade educativa, dado que são os professores, em consulta com as crianças e suas famílias, que realizam uma análise da situação geral da escola interpretando suas fortalezas e debilidades e desentranhando os elementos menos visíveis que condicionam a vida e o trabalho de todos na escola. A partir dali poderão imaginar e construir seu próprio caminho para a implementação das mudanças que desejam, encarregando-se do possível e visualizando as dificuldades e os recursos em jogo.

3.3 ESCOLA DE TODOS, EQUIDADE E INCLUSÃO

Marcelo tem 16 anos e, em 2005, quando a Iniciativa Jovem para a Inclusão chegou ao Liceu N° 37, estava cursando o 3° ano do Ciclo básico (o último que poderia cursar nesse centro de estudos). Marcelo interessou-se rapidamente pelas atividades: "Parece-me muito interessante a idéia de educar incluindo. As atividades realizadas ajudam e favorecem a inclusão. Damos idéias a outros estudantes, a professores e à comunidade."

Marcelo tinha um bom rendimento acadêmico, mas não conseguia se integrar sequer nas menores atividades sociais de seus colegas. Isso se tornava evidente para nós nos intervalos da oficina: ele preferia ficar só enquanto os demais formavam grupos para con-

versar. As oficinas que implicavam maior exposição e maior compromisso corporal foram as mais difíceis de suportar para ele. Apesar disso, continuava assistindo às atividades e participando ativamente.

Progressivamente foi se atrevendo ao contato com seus companheiros e companheiras de atividade e a envolver-se naquelas dinâmicas que exigiam uma maior exposição. Numa ocasião devia imitar um desenho animado diante de seus companheiros e companheiras, o que resultou muito difícil para Marcelo. Incentivado pelo resto do grupo, timidamente foi se animando a fazer a imitação, primeiro muito suavemente e logo com maior vigor até começar a se divertir ele próprio com a situação. Isto representou um ponto de mudança na oficina: Marcelo conseguiu maior conforto nas atividades e contato com seus companheiros e companheiras. Apropriou-se rapidamente dos conceitos que eram trabalhados: “Se se formasse um arquiteto com uma perspectiva de inclusão frente às necessidades de cada indivíduo, estaríamos formando escolas, edifícios e instituições com desenhos universais. A mesma coisa com engenheiros, sociólogos, médicos que podem expor idéias sobre a atenção digna a cada pessoa para além de sua condição pessoal ou social. A inclusão e a educação vão de mãos dadas e são muito importantes para formar uma sociedade que abranja mais e que vá deixando de lado o egoísmo.”

Foi uma surpresa muito grata para nós saber que Marcelo tinha aproveitado alguns materiais da Iniciativa Jovem para a Inclusão para redigir um projeto de acessibilidade arquitetônica numa licitação para o orçamento participativo lançada pela Prefeitura Municipal de Montevideú naquele ano.

História extraída dos relatórios de oficinas e trabalho de campo do Projeto Escola de Todos no Uruguai.

Num contexto de deterioração socioeconômica e transformações sociais que afetam todos os grupos, as escolas encontram-se cada vez mais comprometidas quanto à sua função integradora e de construção do tecido social. A exclusão das crianças em desvantagem, seja por apresentarem capacidades diferentes ou diferenças originadas nos contextos socioculturais de que procedem, apresenta às instituições educativas o desafio de dar uma resposta apropriada a tal diversidade. A estratégia de Escola de Todos oferece uma resposta a este desafio.

Quais situações de exclusão você percebe?

Pessoas que...

- apresentam dificuldades temporárias ou permanentes ?
- repetem anos escolares ?
- são forçadas a trabalhar ?
- vivem nas ruas ?
- vivem em extrema pobreza ?
- são vítimas de abuso ?
- apresentam uma superdotação ? (pois a inclusão não se aplica apenas aos alunos que apresentam o que se entende por deficiência)

Quais outras?

- _____
- _____
- _____
- _____

A escola deve ser um espaço de troca, pois isso é fundamental para entender a educação como sinônimo de liberdade. A liberdade iguala, trabalha sem hierarquias e julgamento de valores. Para se chegar a isso é preciso diálogo e troca de conhecimento sobre a realidade do outro.

E a sua escola? Caminha para essa direção?

1. Os professores têm tempo de conversar com os alunos e conhecê-los?
2. Os professores conhecem o entorno da escola?
3. As crianças ou os adolescentes têm credibilidade quando apresentam alguma idéia/projeto?
4. As crianças e os adolescentes se sentem acolhidos pelos professores?
5. As crianças e os adolescentes são estimulados a desenvolver ações de intervenção ou grupos de trabalho pela equipe pedagógica?
6. O que estimula os professores a buscar novas formas de envolvimento com a escola além da convencional (aulas e avaliação)?
7. As crianças e os adolescentes confiam em seus professores? Têm alguma relação de afeto?
8. As crianças e os adolescentes têm alguma questão que gostariam de aprofundar, mas não têm oportunidade? Quais?
9. O espaço escolar permite a discussão, incentiva essa prática?
10. Como se sentem as crianças e adolescentes em relação a todas estas indagações?

Que outras perguntas você inseriria?

11. _____
12. _____
13. _____

4 *E por que é importante falar de “todos” na escola?*

Vanessa tem 15 anos. É cega e estuda num centro educativo comum, com apoios pedagógicos específicos (por parte de outras instituições), por exemplo, na adaptação de materiais. Quando foi convidada para as atividades da Iniciativa Jovem para a Inclusão recebeu-nos timidamente, mas foi uma das primeiras a chegar à oficina de apresentação e rapidamente nos fez comprovar sua constância e motivação nas atividades.

Vanessa tinha dificuldades para se integrar com seus colegas de aula nos recreios, a ponto de permanecer sentada na sala sozinha enquanto os demais saíam para o pátio. Esta dificuldade tornou-se evidente nos intervalos da oficina, momentos em que Vanessa permanecia isolada de seus companheiros e companheiras. “A oficina foi muito boa, porque conheci gente e nos aproximamos pela primeira vez de alguns colegas do Liceu.” Numa ocasião, já avançadas as atividades do projeto, um grupo de adolescentes

encontrava-se conversando sobre música no pátio. Vanessa estava sentada atrás do grupo e, em dado momento, interveio para dar uma opinião sobre o grupo musical acerca do qual se falava. O grupo rapidamente a rodeou incluindo-a na conversa. Este foi claramente o começo de uma mudança na atitude e participação de Vanessa dentro do grupo. Pouco a pouco começou a ter maior integração nas conversas e maior aproximação a seus pares.

Foi muito surpreendente a motivação com que se apropriou de alguns conceitos e ferramentas do projeto. Sua motivação foi muito grande, o que resultou numa surpresa para sua família, que a considerava inconstante e incapaz de motivar-se com uma atividade a ponto de querer continuá-la durante um período de tempo relativamente longo. “Depois das 8 oficinas, fizemos projetos para tornar o Liceu mais acessível e uma oficina para os docentes que não vieram”.

História extraída dos relatórios de oficinas e trabalho de campo do Projeto Escola de Todos no Uruguai.

4.1 A QUESTÃO DAS DIFERENÇAS E DA DIVERSIDADE

Refletindo a existência de sociedades cada vez mais plurais, a diversidade emergiu como um elemento que caracteriza o espaço escolar e determina poderosamente o processo de ensino-aprendizagem.

A nossa sensibilidade, a nossa própria vida e perspectivas indicam que, ao se falar em espaço de todos, escola de todos, vida de todos, está se remetendo a uma composição de infinitas diferenças, e o que nos iguala é a nossa humanidade.

Estas diferenças podem ser socioeconômicas, de gênero (masculino e feminino), de orientação sexual (heterossexual, bissexual, homossexual, transexual), de raça/etnia (negra, indígena, amarela) de faixa etária (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos) de limitações (deficiência física ou mental). Existe também a diversidade cultural, a maneira como cada cultura lida com as diferenças dentro do seu universo. Na Nigéria, os albinos já foram motivo de perseguição. Hoje, ao nascerem, são motivos de regozijo para a sua família e símbolo de fartura.

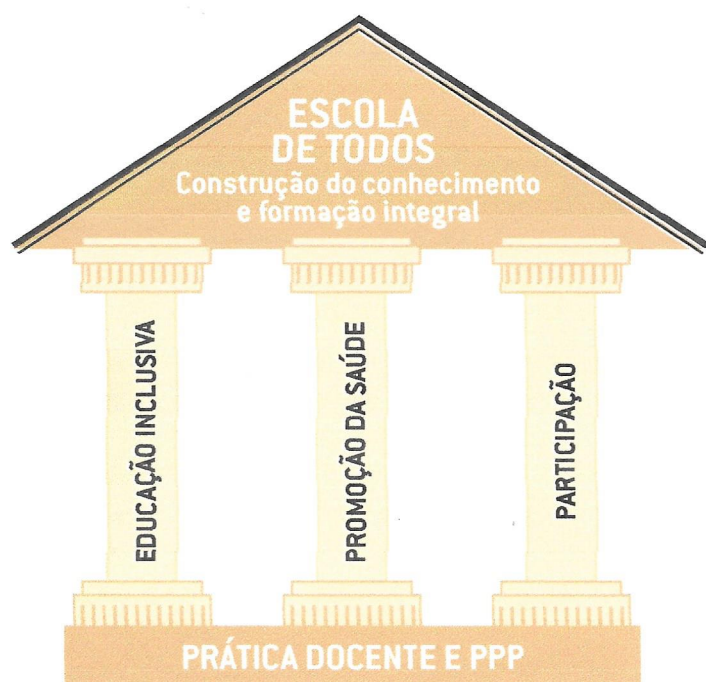
Este exemplo mostra que a sociedade, ou as pessoas que têm dificuldade de aceitar as diferenças ou as discrimina podem também mudar de atitude. Algumas diferenças saltam aos olhos, outras só percebemos quando conhecemos a pessoa, a cultura em que vive, outras só entendemos quando nos aproximamos e nos comunicamos de verdade.

Existem muitas diferenças de comportamento e muitas maneiras de lidar com o mundo, aparecendo de forma mais crítica, mais rebelde, mais acomodada, mais agressiva, mais delicada etc. Pegue um pouco de uma diferença e misture com um pouco de outra. São inúmeras as combinações, as possibilidades!!!

Para pensar

...DESCOBRINDO A DIFERENÇA

Quando uma pessoa diferente chamou a nossa atenção... qual foi a diferença? Como aconteceu? Quem fazia parte do contexto? Como lidamos com isto?



Pensamos na **Escola de Todos** como um edifício que precisa ser construído. Como em toda construção, são necessárias plantas (desenho, planejamento), estruturas (uma base firme), uma série de pilares e pontos de apoio, mão de obra e trabalho!

1 A base da Escola de Todos é a prática docente e o PPP

1.1 A PRÁTICA DOCENTE

A prática docente é um dos principais determinantes da qualidade educativa e da construção de espaços inclusivos e amigáveis para os jovens. Na Escola de Todos, busca-se aprimorar permanentemente as condições em que os professores ensinam para favorecer processos de afirmação das melhores práticas em função dos objetivos planejados.

A emergência de novos cenários sociais e educativos implicou a necessidade de — entre outras melhoras — atualizar a formação docente, aperfeiçoar as ferramentas de gestão institucional e educativa e renovar o compromisso e o vínculo entre a escola, as famílias e a comunidade. Para gerar respostas criativas e eficazes aos novos desafios, são imprescindíveis ferramentas e habilidades novas, capazes de atravessar a incerteza e proteger o papel institucional e pedagógico que legitima socialmente a educação em sua função de amálgama integradora e protetora dos laços sociais.

As ferramentas e competências a que nos referimos implicam novas formas de exercer o papel docente, novas formas de pensar a relação dos professores com os alunos e são correlativas a uma nova maneira de ser e se comportar destes. Trata-se de uma transformação que acontece pelo próprio peso dos determinantes sociais, culturais, comunicativos e subjetivos que dão forma à vida cotidiana nas escolas, para além da vontade de mudança ou continuidade que tiverem os professores ou dirigentes que a protagonizam.

Algumas das competências indicadas como “necessárias para transformar a prática docente” surgiram a partir de experiências de educação inclusiva, e podem ser retomadas na Escola de Todos (Mauri, 2002):

- **Reconstruir criticamente o papel da educação** na nova sociedade do conhecimento e da informação. Os docentes necessitam do domínio dos recursos de informação, assim como de habilidades sociais, cognitivas e lingüísticas que lhes permitam adaptar-se criticamente às mudanças. A formação em valores éticos e morais é também fundamental para contribuir para a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento de sociedades mais justas.
- **Saber e estar dispostos ao trabalho em equipe** com outros docentes e profissionais para que o projeto educativo seja compartilhado e haja coerência e continuidade na ação educativa que cada docente desenvolve na instituição.
- **Capacidade de inovar para melhorar a prática** através de processos de reflexão e investigação da própria ação. A aprendizagem da prática reflexiva requer que as atividades de formação dos docentes considerem as características dos contextos em que atuam e os problemas reais que enfrentam em sua prática.

Ao anteriormente assinalado teria que ser acrescentado que os docentes devem ter conhecimentos, destrezas e atitudes para respeitar a diversidade e trabalhar com meninos e meninas procedentes de diferentes contextos sociais e culturais e que têm diferentes capacidades, ritmos e estilos de aprendizagem.

1.2

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP

Ao construir uma Escola de Todos, temos a oportunidade de repensar o projeto político pedagógico (PPP) em seu conjunto, evitando que as atividades de inclusão se transformem em práticas isoladas ou excessivamente centradas em dar respostas a cada uma das crianças que apresenta necessidades educativas especiais.

Elaborar o projeto político pedagógico implica um exercício de reflexão sobre o passado e o presente da escola e da comunidade (sua identidade) e a construção de um projeto de mudança. A idéia de uma educação de qualidade para todos não deve ser uma atividade “agregada” e sim uma série de mudanças concretas integradas ao projeto para permitir que crianças e jovens de diferentes procedências e com diversas habilidades tenham uma experiência educativa satisfatória e favorável para a vida.

FATORES NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: IDENTIDADE E DIVERSIDADE

Em toda escola existe uma cultura institucional determinada por um sistema de valores e hierarquias, de rituais e expectativas; uma dinâmica de funcionamento e redes de comunicação que determinam as possibilidades de resistir ou abrir-se às mudanças, a flexibilidade diante das pressões e contradições e a capacidade de arriscar-se diante do diverso.

Em boa medida, o grau de identidade institucional incidirá sobre a possibilidade de convivência das diferenças que habitam a escola ou farão com que se imponha uma cultura homogênea. Quando a identidade institucional não é forte (por ausência de um projeto educativo compartilhado por todos, por falta de sentimento de pertencimento ou liderança da equipe docente), será maior a necessidade de regulamentar a coexistência das diferenças, multiplicando as barreiras ao diverso como fonte de riqueza.

As “dificuldades” (pensamos melhor em complexidades), que derivam de características pessoais de cada criança e adolescente, podem ser compensadas, minimizadas ou acentuadas em função da resposta educativa e das características do contexto escolar em que se desenvolve. As diferenças são sempre um desafio, algo que interroga aquilo que conhecemos acerca de nós mesmos e que nos dá “identidade”.

Conseguir que a diversidade seja fonte de enriquecimento e não só complexidade é um desafio a ser resolvido em cada aula; um esforço coletivo para tornar viável e sustentável a identidade complexa do mundo globalizado que emerge.

ATORES NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO

É importante que este exercício seja abordado como uma construção coletiva que agregue as visões e os sonhos de todos: professores, alunos e comunidade. Seu sucesso dependerá em última instância de que todos se envolvam ativamente na promoção dos princípios e das ações de transformação da escola em um espaço inclusivo e saudável.

Nossa proposta “bate pé firme” no sentido de pertencimento (de todos e não somente para todos) e procura inspirar um movimento de crianças, adolescentes, professores e escolas comprometidos com os princípios da educação para todos e motivados a atuar como agentes de inclusão e saúde em suas comunidades.

“Os principais fatores da mudança são as pessoas e não os equipamentos ou os materiais pedagógicos.”

“Para que sejam ambientes que acolham mudanças, as escolas precisam transformar-se em organizações que aprendem, nas quais existe uma cultura que estimula o diálogo profissional e uma constante reflexão sobre a prática.”

{EDNIR et alii, 2006:16}



A PRÁTICA DOCENTE COMO FERRAMENTA DE MUDANÇA: A HISTÓRIA DA CIDA

Maria Aparecida Lemos é ex-professora e diretora de escola pública no Rio de Janeiro e ativista do Movimento Nacional de Cidadãos PositHIVas/RJ. Sua história aconteceu em uma escola do bairro Jardim Primavera, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, e enfoca a participação de pessoas que estão no cenário escolar buscando melhorias nas relações e no ambiente. Vamos conhecê-la através do relato de Cida?

“Eu fui convidada para dirigir uma escola com professores desmotivados, alunos faltosos e diretora ausente. Quando os alunos iam para o segundo segmento nenhuma escola queria, alegando que eram fraquinhos e burros. Pensei: o que fazer? Resolvi fazer com eles o projeto Qualidade Total na Educação. Reuni os professores, conversei e resolvemos que, em 4 anos, a escola seria reconhecida como a melhor da Baixada Fluminense.

A primeira coisa foi procurar saber sobre os pais. Como a maioria trabalhava em uma fábrica da região, entrei em contato para pedir apoio. Conseguimos verba para imprimir material e visitar uma escola da Zona Sul do Rio, que trabalhava com Qualidade Total na Educação. A experiência dessa escola serviu de referência para o planejamento de algumas ações em Jardim Primavera.

Quando chovia muito, ninguém ia à aula e, para melhorar a frequência nesses dias, fazíamos aulas diferentes: inglês, ginástica, música etc. Apesar de ser complicado no início, começamos a perceber que podia cair um dilúvio, mas ninguém faltava. Os professores começaram a se especializar. Fizemos uma festa e compramos uma TV e um vídeo para a escola.

Começamos a trabalhar os 5 “S” e a reduzir o que não prestava na escola: limpamos armários, papelada velha, trabalhos de alunos, limpamos a escola etc. Os pais limpavam quintais que tinham esgoto e valas abertas fazendo canaletas (conseguimos algumas manilhas). A escola começou a ser reconhecida como a melhor da Baixada e todos queriam estudar lá porque os professores estavam motivados...

Eu falei para as professoras que, se precisassem faltar, não teriam que levar atestado, era só comunicar e eu ficava com a turma. Assim, as faltas diminuíram. Eu acho que, quando a gente tem parceria, quando o professor se sente valorizado e com permissão de trazer sugestão, temos resultados concretos.

Utilizava fotos para registrar o trabalho dos professores nas aulas e em eventos específicos e depois disponibilizava para que todos tivessem acesso e pudessem trocar experiências.

As merendeiras faziam a comida e não comiam o que faziam. Como é que queremos que um aluno merende na escola se a própria merendeira não come? Eu proibi a entrega de quentinha na escola e o professor que quisesse comer [quentinha] tinha que ir lá fora. Eu comia no refeitório com alunos e professoras. Não tinha recurso, então eu levava coloral, as merendeiras levavam cheiro-verde, cebola, alho, e assim a gente foi melhorando. Eu acho que quando a gente tem vontade... Mas é uma coisa que dá trabalho, você tem que sensibilizar e eles têm que sentir que você também está participando.



EXERCÍCIO

Você conheceu a história de Cida. Conhece alguma história igual? Foi protagonista de algo parecido? Que lugar você ocupava? Antes de nos apegarmos a uma idéia é muito importante que nos situemos e façamos a nossa escolha: de que lado estamos?

2 Os Pilares da Escola de Todos

2.1 O PILAR DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A **educação inclusiva** tem suas raízes e fundamentos no cumprimento de direitos (humanos, educativos e das crianças) que foram se incorporando às políticas públicas e à cultura pedagógica nos últimos 20 anos.

A educação inclusiva é o processo de aumentar a participação de todos na escola, incluindo aqueles com deficiência⁷. Tem a ver com uma reestruturação da cultura, das políticas e das práticas nas escolas para que respondam à diversidade de estudantes. Na maioria dos casos, uma escola inclusiva pode ser definida em termos tão simples como aquela que oferece um ensino bom, claro e acessível. Inclusão não significa que todos sejam iguais. Um ingrediente chave é a flexibilidade: reconhecer que os jovens aprendem e participam com ritmos diferentes.

A “escola de todos” implica não somente facilitar a inclusão educativa e social daqueles que são mais lentos em aprender, têm dificuldades visuais ou auditivas, ou deficiência física de qualquer tipo, mas trata-se de considerar a TODOS os que correm risco de ser excluídos, tanto por suas características pessoais, porque migraram ou falam outra língua, são menos “bem-sucedidos” na escola, ou pertencem a minorias sociais, religiosas ou étnicas.

As declarações impulsionadas pela Unesco em Jomtién (1990) e Salamanca (1994) deram as linhas principais da educação inclusiva, que se define a partir das seguintes características:

- reconhece que todos os meninos e meninas podem aprender;
- reconhece e respeita a diversidade nos meninos e nas meninas: idade, sexo, etnia, idioma, deficiência etc;
- permite que as estruturas, metodologias e sistemas educativos respondam às necessidades de todos os meninos e meninas;
- forma parte de uma estratégia mais ampla de promoção de uma sociedade inclusiva;
- é um processo dinâmico que se encontra em constante evolução.

⁷ Definição adaptada de Index for Inclusion, do Centre for Studies in Inclusive Education (2000).

A **educação inclusiva** propõe uma abordagem diferente à tradicionalmente expressa pela educação especial, que tem uma valiosa tradição no desenvolvimento de escolas especiais - pequenas unidades que procuram a integração de meninos e meninas com necessidades individuais através do apoio de especialistas. Na educação inclusiva, é a escola que procura mudar e “preparar-se” para atender aos jovens em toda sua diversidade.



TODOS TEMOS NECESSIDADES ESPECIAIS!!!

Nem sempre temos claro que cada pessoa tem alguma necessidade especial. Nisso somos todos iguais. O “diferente” é assim chamado porque não vê, porque não se desloca com facilidade, porque necessita de mais tempo ou de outra estratégia para aprender, porque tem alergia ao sol, porque é tímido, porque é muito expansivo, porque.... porque... porque....

São muitas as combinações dos porquês que nos fazem únicos, diferentes, ou seja, todos temos nossas necessidades específicas!

Ilustração: ZIRALDO.

Cartilha “Educação Inclusiva”,
Banco Mundial, 2004.

LEGISLAÇÃO E DIREITOS: COMO TORNÁ-LOS REALIDADE?

Muito se tem avançado no mundo todo para abrir caminhos ao direito da inclusão social e educativa. Na maioria dos países, proliferaram leis que buscam garantir que as cidades e seus espaços públicos sejam lugares acessíveis para todos: semáforos para cegos, rampas em edifícios e ruas, sanitários para pessoas com mobilidade reduzida. A educação não fica atrás: foram desenvolvidas estratégias e desenhadas adequações para que crianças e jovens, com suas características particulares, consigam uma participação ativa nas aulas (ver Anexo II).

Entretanto, esses progressos convivem com situações paradoxais ou contraditórias:

- a. A situação social e econômica determina a exclusão de muitos. Mais da metade das crianças nasce em lares pobres em quase todos os países latino-americanos.
- b. As condições de ensino e aprendizagem na maioria das instituições educativas resultam expulsivas para os mais fracos.
- c. Muitos docentes reconhecem que não foram suficientemente formados para conviver e trabalhar em contextos de diversidade.

Em síntese, por mais leis e decretos que se consigam a favor dos direitos de todos, resta muito por fazer para que eles tenham “vida real”. A escola é um lugar privilegiado para gerar consciência e construir as atitudes necessárias para viver num mundo onde todos tenham seu lugar.

É difícil, mas é possível!!

A HISTÓRIA DE SINVALDO

O professor de História Sinvaldo do Nascimento Souza⁸ apresenta uma discussão que nos faz refletir sobre a temática da inclusão. Ele questiona as reais possibilidades das “escolas regulares da rede pública estarem preparadas para receber alunos com necessidades educativas especiais”.

“Como trabalhar a inclusão escolar, se os próprios professores se mostram inseguros, despreparados e incapacitados para exercer tal função? Como cumprir o que estabelece a lei, e romper com toda uma história de segregação, isolamento, discriminação e preconceito? É um desafio.”

Assim, de forma lenta, porém com muita consistência, começou o trabalho de inclusão da aluna K, que cursava a 5ª série em uma escola municipal na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

“O caso da K chamou a nossa atenção desde 2005, quando ela, oriunda de outra escola municipal, foi matriculada em nossa escola. Em 2005, ela foi reprovada. Não houve tempo para valorizar as suas peculiaridades, e talvez tenha faltado também vontade para que fossem oferecidos serviços complementares e adotadas práticas criativas na sala de aula que pudessem contribuir para incorporar aquela aluna.

Em 2006 o processo de integração da aluna parece estar bem encaminhado. Tenho observado que ela conversa de forma muito animada com quase todos os seus colegas de turma e outros da escola. Um aluno de outra turma mostrou-me uma pista. Fez questão de apresentar a folha do teste da disciplina de Música. O cabeçalho e as perguntas deveriam ser respondidos com a utilização dos sinais do alfabeto manual dos surdos.

A própria professora de Música, que também é especialista em educação para surdos presenteou-me com uma tabela com o alfabeto dos surdos. Ela tem feito o mesmo em relação aos demais professores e, sempre que possível, vai divulgando pela escola - inclusive, vestindo esporadicamente uma camiseta especial com todos os sinais do alfabeto. Nas suas aulas, os alunos se comunicam entre si e com ela, usando os sinais próprios da linguagem dos surdos contando com uma aluna como auxiliar. Isto é de grande valia no processo de inclusão da K e sensibilização da turma.

Assim, a partir da inclusão a professora Rosângela vai contagiando benéficamente os seus alunos, colegas professores e familiares da aluna K e de outros alunos, mostrando que "os Núcleos Conceituais da Multieducação devem ser os mesmos para todos, sendo necessário promover adaptações curriculares de modo que os alunos portadores de necessidades educativas especiais sejam atendidos em suas especificidades".

É preciso acreditar! É preciso realizar! É preciso construir!"

⁸ Professor de História da Rede Municipal de Educação, lotado na Escola Municipal 10-19-047 Joaquim da Silva Gomes, Mestre em Educação pela UFE.

2.2

O PILAR DA PROMOÇÃO DE SAÚDE

As **Escolas Promotoras de Saúde** são um antecedente e uma referência importante para pensar em Escola de Todos. Trata-se de uma estratégia que busca combinar componentes de tipo cognitivo — como a informação sobre temas de saúde e o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades — a outros ligados à atitude -tais como o desenvolvimento de liderança, cidadania ativa e participação infantil — a favor do melhoramento das condições de vida e do bem-estar da escola e da comunidade.

O desenvolvimento de uma Escola Promotora da Saúde consiste em impulsionar *quatro componentes principais*:

Educação para a saúde, baseada nas necessidades e nos interesses dos alunos em cada etapa de seu desenvolvimento e acorde com as características individuais, culturais e de gênero. Procura integrar-se de maneira permanente e transversal ao currículo e seguir uma lógica seqüencial e progressiva.

Utilizam-se para isso metodologias participativas e construtivas, buscando ir além da mera informação e fortalecendo o desenvolvimento das “competências” (“saber fazer”) que se requerem para tomar decisões favoráveis à saúde. A Escola Promotora de Saúde envolve também o desenvolvimento curricular, a preparação de materiais didáticos, a formação, a atualização e o intercâmbio permanente entre os mestres e professores.

Desenvolvimento de ambientes e entornos saudáveis, que se refere tanto aos espaços físicos (que devem estar limpos e ser estruturalmente adequados) como ao entorno institucional (que deve ser emocionalmente sadio, seguro, livre de agressão e violência verbal ou física).

O ambiente institucional e físico da escola é um fator essencial: deve refletir os comportamentos que se tenta promover, através de entornos físicos e institucionais que os valorizem e incentivem. As Escolas Promotoras de Saúde procuram os meios para criar e manter ambientes e entornos que reforcem a saúde dos que aprendem, ensinam e trabalham na escola, incluindo ações de promoção da saúde para o pessoal docente e trabalhadores administrativos e de manutenção, assim como atividades de promoção da saúde com as associações de pais e com organizações da comunidade.

Vínculo com redes de serviços colaborativos de saúde e proteção social, de modo a poder detectar e prevenir integral-

mente e com precocidade os problemas de saúde e as necessidades de assistência, garantindo uma adequada alimentação e controlando os principais fatores de risco.

Pretende, ao fortalecer o vínculo da escola com serviços já existentes na comunidade, o enriquecimento de suas possibilidades para dar resposta às necessidades das crianças. Em muitos casos, a integração a estas redes permitiu o desenvolvimento de pequenos empreendimentos produtivos, tais como hortas escolares no âmbito do projeto escolar de saúde como forma de tornar mais sustentáveis e significativas as ações da escola.

As Escolas Promotoras de Saúde procuram facilitar que todos participem nas tomadas de decisões, fomentando assim a construção de cidadania e democracia. A **participação** não é só um componente essencial do enfoque de Escola Promotora de Saúde, mas um elemento transversal que percorre os três anteriores e ao qual se deve prestar especial atenção.

2.3 O PILAR DA PARTICIPAÇÃO

No dicionário, “participar” significa tomar uma parte. Ao revisar a bibliografia e as experiências apresentadas amiúde como exemplo de participação juvenil no âmbito escolar ou comunitário, parece claro que não existe uma única definição nem um único perfil de participação. Cada lugar e cada situação concreta terão sua própria maneira de interpretar e organizar instâncias de participação, dependendo de suas tradições culturais, instituições e normas de convivência. Entretanto, talvez possamos pensar e discutir o que interpretamos como “participação” a partir das seguintes referências:

- A raiz etimológica do termo participar (do latim *participare*) significa tomar parte. O dicionário da Real Academia Espanhola define a participação como “a ação de tomar parte em algum assunto em que se tem parte”.
- Rifkin et ali (1988) definem a Participação Comunitária como “um processo social, onde grupos específicos com necessidades compartilhadas, que vivem numa área geográfica definida, identificam ativamente suas necessidades, tomam decisões e estabelecem mecanismos para solucionar essas necessidades”.

- A conferência de Alma-Ata (OMS, 1978) apresentou a seguinte definição: “A participação comunitária é o processo em virtude do qual os indivíduos e as famílias assumem responsabilidades quanto à sua saúde e bem-estar próprios, e os da coletividade, melhoram a capacidade de contribuir para seu próprio desenvolvimento econômico e o comunitário”.
- Quando esta participação é consciente caracteriza-se pelo conhecimento interno dos problemas, a identificação das necessidades percebidas e a ação intencional para satisfazer as necessidades e resolver os problemas (OPS, 2005).

Para pensar

A ESCOLA DE TODOS EM RETROSPECTO

Fazendo uma retrospectiva, usando como exemplo a própria vida, o que significa inclusão? o que ensinam pais e mães a este respeito?

Que significa participar? Em que momento participamos e qual a qualidade desta participação?

O que aprendemos na escola em que estudamos sobre inclusão e participação? praticamos?

Ocupando o espaço de professores, qual a sua participação na escola em que trabalha? E como incentiva a participação dos alunos?

PARTICIPAÇÃO E EDUCAÇÃO

Há um valor educativo na participação, tanto como há um valor cidadão na educação. Na Escola de Todos tratamos de harmonizar e obter o máximo proveito dos dois termos nesta equação. Podemos ver que a “participação cidadã no âmbito educativo” implica reconhecer como ponto de partida que a aprendizagem se inicia com o nascimento e se estende ao longo de toda a vida. Começa no lar, antecede e excede a instituição escolar, abrangendo um amplo conjunto de instituições, modalidades, relações e práticas.

A educação não se limita à educação escolar, nem as aprendizagens necessárias – para a vida, para o trabalho, para a participação, para a cidadania plena – podem limitar-se a um período determinado da vida de uma pessoa.

As metodologias participativas (ativas) em educação têm sido recomendadas por numerosos autores. O valor educativo da participação contribui para:

- Melhorar a aprendizagem (é comum que aqueles jovens mais passivos ou tímidos tenham menos facilidades para aprender);
- Melhorar o ensino (aportando metodologias ativas que facilitam e recriam o trabalho docente);
- Favorecem a construção de autonomia e a autogestão dos processos de ensino e aprendizagem.

PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PESSOAL (EMPOWERMENT)

Os determinantes sociais da educação, saúde, bem-estar e inclusão dos alunos e professores na escola são tão potentes (pobreza, violência estrutural, perda da estrutura familiar, etc.) que só podem ser modificados se forem abertos processos intensos de participação que envolvam a todos.

A participação dos jovens é um dos “caminhos” mais importantes para viabilizar essas mudanças. **Mas principalmente, é uma tentativa de demonstrar-lhes que eles podem, se participarem, transformar sua realidade pessoal, educativa e vital.**

Na Escola de Todos, a participação está proposta como uma ferramenta de desenvolvimento pessoal, enquanto permite reconhecer e apreender a possibilidade que temos de incidir em nossa vida, no destino próprio e de nossos vizinhos, amigos, famílias. Trata-se do exercício de um papel social para o qual é necessário adquirir competências muito específicas e úteis:

- Competências para dialogar, escutar, convencer
- Habilidades para o questionamento e a problematização
- Habilidades para transformar os obstáculos que encontramos em nosso caminho

PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A participação é também um requisito fundamental no desenvolvimento e fortalecimento das democracias. Assim, as escolas que promovem espaços e potencializam habilidade para a participação estão contribuindo para esse fortalecimento.

A escola pode partir das capacidades que tiverem os adolescentes para integrar grupos e participar neles, promovendo que se gerem projetos e planejem objetivos que transcendam o espaço escolar e o grupo de pares. O modo em que os jovens se vinculem com a comunidade terá um forte impacto em sua formação pessoal e cidadã. Por isso a participação não deve se dirigir somente para o interior da escola ou limitar-se aos aspectos curriculares, e sim contribuir para a construção de identidade ou sentido de pertença.

PROCESSOS PARTICIPATIVOS E ESCOLA DE TODOS: ALGUMAS RECOMENDAÇÕES

A participação que propomos na Escola de Todos não é uma participação “espontânea”, mas sim “inteligente”, ou seja, preparada, planejada. Um tipo de participação enfocada na produção de conhecimentos e em contribuir para o trabalho dos professores e da escola (contribuir para a qualidade, fortalecer o projeto institucional, melhorar o vínculo entre escola, família e comunidade, melhorar a prática docente, criar novas oportunidades para que os alunos se expressem, criem e aprendam).

Podemos identificar alguns aspectos fundamentais na hora de pensar um processo que estimule a participação juvenil:

- Conformar grupos não hierárquicos.
- Co-responsabilizar a alunos e professores. Simetria de poderes mesmo na assimetria de papéis.
- Hierarquizar espaços que incluam aos jovens em lugares protagonistas, seja porque “habilitam” seu protagonismo sendo facilitados pelos professores ou porque simplesmente..... são espaços de alunos para alunos.
- Ter objetivos concretos e alcançáveis. Escalonamento de resultados. Os objetivos a longo prazo ou demasiado amplos costumam estar associados com frustração para todos.
- Promover o encontro e intercâmbio com outros jovens. Conhecer o que fazem alunos organizados em outras escolas e realidades.



Parte III

Mãos à Obra!!!

A partir de agora você entrará em contato com a proposta de implementação da Escola de Todos. Qualquer dúvida ou necessidade de trocar informações, entre em contato conosco. Estamos disponíveis para ajudá-lo!⁹

O PROFESSOR DINAMIZADOR E O CLIMA DO GRUPO

A implementação da Escola de Todos pode partir de diferentes atores ou situações. Pode ser através do interesse de uma professora, de uma coordenadora pedagógica, de uma diretora, de coordenações regionais e de secretarias governamentais. Mas também por meio do interesse de alunos, de pais e familiares e da comunidade em geral.

O importante é que os diferentes atores presentes na escola estejam dispostos a construir a Escola de Todos. Às vezes precisamos começar com pequenos passos, pequenas atividades, até alcançar a construção de ações mais estratégicas e estruturais.

Uma viagem de mil milhas começa com o primeiro passo.

(Provérbio chinês)



Depois que a direção e sua equipe se identificaram com os princípios da Escola de Todos e têm o desejo de desenvolver as mudanças necessárias para fazer da escola um espaço mais saudável e inclusivo, o passo seguinte será identificar as pessoas que podem se tornar dinamizadoras do processo.

⁹ En Brasil: katia@cedaps.org.br / (21) 3852-0080 - En Uruguay: info@inlatina.org / (código) 902 3186

A função do dinamizador é a de articular o plano de ação na escola e comunidade, coordenar e estimular o grupo, acompanhando todo o processo para que as ações sejam coletivas e envolvam a participação de todos. É importante ainda que busque atitudes coerentes fortalecendo a equidade nas relações para possibilitar o desenvolvimento de alunos pró-ativos e com maior autonomia, já que este é um dos objetivos principais de todo o trabalho.

É fundamental que se procure no dinamizador a capacidade de empatia: colocar-se no lugar do outro desenvolvendo uma escuta ativa e uma comunicação autêntica. Em outras palavras: que esteja atento às diversas situações, às demandas do grupo e individuais, integrando-as nas discussões e atividades.

É imprescindível mostrar que a tarefa a ser realizada é um processo e não apenas uma ação pontual. Isso significa que ela deve se tornar um investimento de médio prazo: os resultados não serão os mesmos se o dinamizador não estiver diretamente integrado às atividades da escola.

É IMPORTANTE QUE O PROFESSOR DINAMIZADOR:

- manifeste um potencial para mobilização ou inquietação para a mudança;
- esteja comprometido com o conjunto da ação na unidade escolar;
- tenha potencial para atividades inovadoras e integradas;
- tenha a disponibilidade de permanecer na escola - e na função de dinamizador - durante o processo de implementação das novas práticas;
- faça articulações para trazer informações sobre os conteúdos de acordo com as necessidades do grupo;
- tenha serenidade nos eventuais conflitos que emergirem no grupo, trabalhando com possíveis pontos de dificuldades e nós críticos;
- incentive a manifestação de habilidades e experiências de todos os participantes como insumos-chave para a construção coletiva do conhecimento.

CRIAÇÃO DE UM CLIMA AGRADÁVEL PARA A APRENDIZAGEM¹⁰

A existência de um bom clima na classe é fundamental para a aprendizagem. Numerosas investigações mostraram que os alunos aprendem melhor quando existe um ambiente positivo: relações de apoio e cooperação, valorização do outro, confiança mútua e auto-estima, entre outros aspectos. Os participantes das atividades do projeto precisam vivenciar este clima para depois estendê-lo a outros locais e situações. É importante que, no primeiro encontro, sejam propostas atividades para promover o conhecimento do grupo e “quebrar o gelo”, como jogos de apresentação para criar um clima de confiança, e que cada um possa contar acerca de si mesmo coisas que os demais desconheçam (Ver na seção de atividades: “Biografia”, “Bandeira Pessoal” e exercício para a construção de “regras de convivência” ou contrato grupal).

Para criar um clima de inclusão, o docente deve considerar o seguinte:

- Ter altas expectativas a respeito de que todos os participantes podem aprender e enriquecer os outros. Quando se confia nas capacidades dos alunos e se comunica a eles esta confiança, gera-se um ambiente positivo e reforça-se sua auto-estima, facilitando o processo de participação e aprendizagem.
- Valorizar as contribuições de todos os participantes e oferecer resposta positiva. É importante evitar julgamentos negativos que impliquem desqualificações. É possível não estar de acordo, mas é necessário ter uma atitude construtiva e de respeito!
- Escutar e promover a “escuta ativa” das opiniões de todos e ajudar aos membros do grupo a se expressar sem temor. Para fomentar a participação, todos os integrantes precisam sentir que apreciamos suas perguntas, sugestões, opiniões e comentários.
- Manter um trato equitativo com todos os participantes.
- Incentivar os participantes a assumir riscos em sua participação e dar-lhes segurança e ânimo durante o desenvolvimento das atividades.

¹⁰ Adaptado de “Educar na Diversidade”, Unesco 2004.

A VISUALIZAÇÃO DO QUE É PRECISO

Para desenvolver práticas participativas e inclusivas no ambiente escolar, é preciso conhecer bem como se dão as relações dentro dele. Nesse sentido, “mapear” o contexto escolar é fundamental e pode ser feito por diversos métodos. A metodologia participativa que propomos¹¹ incorpora estratégias a partir de elementos como problematização, identificação de recursos disponíveis, planejamento, sistematização e avaliação de ações formuladas pelos atores que vivenciam diretamente os problemas identificados.

Propomos uma seqüência metodológica que envolve os seguintes momentos complementares:

- Diagnóstico;
- Plano de ação/implementação;
- Avaliação de processo e resultado.

Fazer o diagnóstico permite “redescobrir” a escola e pensar nas possibilidades de mudança. Esse processo de reflexão será estimulado através das técnicas Visão de Futuro, Matriz de Barreiras e Oportunidades e Matriz de Participação. Elas contribuem para a construção de uma idéia da escola que se quer e a identificação de barreiras e oportunidades para a sua efetivação. Facilitam também a realização de um levantamento de como se dá a participação na escola.

Após o diagnóstico, vamos construir um plano de ação para implantar o processo Escola de Todos e concretizar as ações propostas a partir do diagnóstico. As técnicas utilizadas funcionarão como um “passo a passo” para a elaboração do plano:

- Visualização e priorização de problemas;
- Definição dos objetivos;
- Estabelecimento dos resultados esperados em cada etapa;
- Levantamento de recursos disponíveis;
- Definição da estratégia (seqüência de atividades) principal e indicadores de avaliação.

¹¹ Baseada em Construção Compartilhada de Soluções em Saúde, desenvolvida pelo CEDAPS ao longo de mais de dez anos de experiência e diálogo com as comunidades com as quais trabalha e das matrizes surgidas no processo de preparação deste Guia.

POR EXEMPLO:

Problemas: Baixa auto-estima refletindo na aprendizagem e no desempenho escolar; baixo rendimento em algumas disciplinas; dificuldade de adaptação dos alunos que permaneceram na série devido ao rendimento insuficiente no ano anterior com baixa auto-estima e dificuldade de conviver com os padrões de funcionamento da escola.

Estratégias: Teatro sobre prevenção das DST/Aids; reunião com professores e responsáveis; dinâmicas, músicas, oficinas e vídeos sobre sexualidade, responsabilidade e violência na escola; criação, com os alunos, de um vídeo escolar sobre expectativas do trabalho escolar e perspectivas sobre o futuro.

Resultados: 90% dos alunos com baixo rendimento escolar melhoraram e conquistaram a aprovação na série; integração dos alunos de 8ª série devido à elevação da auto-estima dos alunos com baixo rendimento; maior participação nas aulas; recuperação de 50% dos alunos repetentes; melhor relacionamento dos alunos entre si e com os professores; integração entre os alunos do Núcleo de Adolescentes com os que desenvolveram ações.

Você, professor dinamizador, irá “guiar” o processo para a construção da Escola de Todos. Importante saber que a estratégia deverá envolver ações em diferentes níveis e dimensões: sala de aula, espaços escolares, currículo, comunitárias...”, substituir as reticências por ponto e acrescentar ao parágrafo: “Por isso, é importante que haja, desde o início do trabalho: participação dos alunos, de outros funcionários da escola, dos responsáveis, dos representantes comunitários, etc. Assim todos contribuirão com a discussão, o planejamento, a implementação e a avaliação das ações no espaço escolar.

Os exemplos de ações utilizados de agora em diante foram tirados de projetos implementados. Esses projetos foram elaborados nos ciclos Escolas Promotoras de Saúde em Ação – parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e Cedaps – desenvolvidos em três seminários para elaboração, com acompanhamento dos planos locais de ação dos profissionais de saúde e educação. Para saber mais acesse o site www.cedaps.org.br.

ORGANIZE SEU ESQUEMA DE IMPLEMENTAÇÃO:

I – Atividades para aperfeiçoamento da própria prática na direção da Escola de Todos

| OBJETIVOS | ATIVIDADES | RECURSOS | PRAZOS | RESPONSÁVEIS | INDICADORES |
|-----------|------------|----------|--------|--------------|-------------|
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

II - Atividades elaboradas e desenvolvidas pelo grupo participante

| PROBLEMA | OBJETIVO | ATIVIDADES | PRAZOS | RESPONSÁVEIS |
|----------|----------|------------|--------|--------------|
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

Então, mãos à obra!



1 Diagnóstico

O trabalho do diagnóstico é um processo de conhecimento sobre uma determinada realidade a partir da informação e opinião dos envolvidos. No caso do ambiente escolar, é uma estratégia metodológica implementada a fim de fundamentar iniciativas locais voltadas à busca da qualidade na educação.

Este exercício tem como objetivo estimular a reflexão sobre o contexto escolar. Para isso, é necessário estar atento à prática diária e disposto a refletir e debater sobre ela, pois esta reflexão instiga e estimula a participação da comunidade escolar na formulação, implementação e avaliação de Projetos Políticos Pedagógicos e Políticas Públicas de Educação.

Para que realizar um diagnóstico?

- Para que alunos, professores, gestores, funcionários, responsáveis e comunidade em geral possam conhecer melhor a escola, visualizando seus problemas e recursos;
- Para subsidiar e legitimar o planejamento e a implementação de ações pela comunidade escolar, moradores e todos os interessados em contribuir para o desenvolvimento inclusivo;
- Para sistematização de indicadores de monitoramento e avaliação das práticas participativas e inclusivas no ambiente escolar.

Na Escola de Todos, o diagnóstico escolar enfatiza a observação e o levantamento de questões fundamentais:

- a. Valorização da diversidade social da escola e da comunidade, reconhecendo todas as diferenças que a compõem e identificando as dinâmicas de inclusão e exclusão;
- b. Identificação das barreiras e oportunidades que a escola oferece para a participação dos docentes, alunos, responsáveis e comunidade do entorno.

Vamos redescobrir nossa escola?

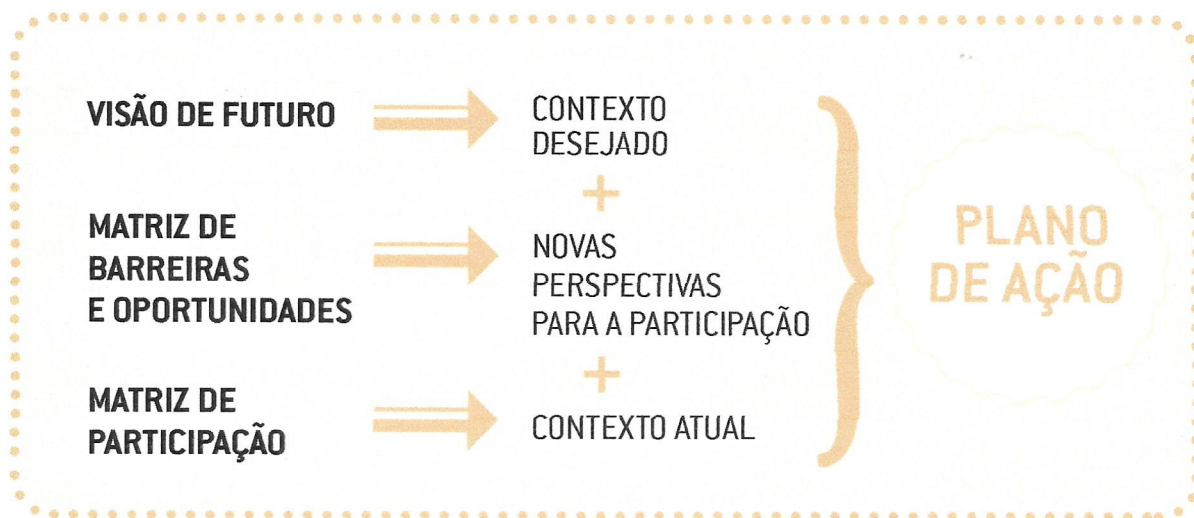
ONDE ESTAMOS

Propomos a partir de agora um exercício com estratégias que ajudam a traçar um diagnóstico onde se pode enxergar os desafios da escola e as possibilidades de uma prática educativa comprometida com a inclusão e a participação:

- construção de um mapeamento da situação presente a partir da dinâmica “Visão de futuro”;
- levantamento de barreiras e oportunidades para a participação e
- avaliação de como se desenvolve a participação a partir da unidade escolar.

Este processo de diagnóstico pode ser dinamizado com pontos para reflexão e aprofundamento sobre alguns aspectos específicos:

- possibilidades para a escola trabalhar com a diversidade;
- informações e recursos disponíveis para o professor;
- recursos humanos e técnicos já existentes na escola;
- importância do envolvimento e apoio dos jovens ao planejamento e desenvolvimento de ações;
- prática e processo inclusivos sendo fomentados e reorientados, por todos os atores;
- valorização da relação entre a prática e o conhecimento formal e vice-versa e
- entendimento e fortalecimento pela escola do professor como ator fundamental para fomentar uma ação inclusiva no projeto político pedagógico.



1.1 VISÃO DE FUTURO

Permite contrapor o contexto atual com um contexto desejado (futuro possível), entendido como um espaço de mudanças nas práticas e intervenções participativas, que envolvam de fato toda a comunidade escolar e seu entorno.

Assim, o “futuro” abordado aqui deve ser pensado como aquele possível de ser construído a partir das pré-condições favoráveis, e não uma simples idealização. Desta maneira, é possível identificar o que impede e o que facilita sua concretização bem como pensar estratégias para realizá-lo.

Que futuro possível é esse?

Este exercício permite uma reflexão e costura de informações de diferentes tempos sobre a participação/inclusão na escola: a “de hoje” e a “de amanhã”, a desejada. A idéia é sistematizar em duas colunas informações da equipe escolar, alunos, responsáveis e comunidade. Na primeira coluna, os dados são mais objetivos; já, na segunda, podemos idealizar, pensar em desejos e ações possíveis para a construção de uma Escola de Todos.

Ao comparar os dados na primeira coluna, você poderá descobrir muitas coisas. Por exemplo, que a escola de hoje, onde você está, já favorece a inclusão de todos. Ou descobrir que ainda falta muito... Então, aproveite a oportunidade de idealizar aqui, preenchendo a segunda coluna e projetando uma Escola de Todos.

EXERCÍCIO

VISÃO DE FUTURO

|  | Participação/ inclusão na escola de HOJE (contexto atual) | Participação/ inclusão na escola de AMANHÃ (contexto desejado) |
|---|--|---|
| DOS GESTORES DA ESCOLA | <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> | <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> |
| DOS PROFESSORES | <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> | <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> |
| DOS ALUNOS | <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> | <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> |
| DAS FAMÍLIAS | <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> | <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> |
| DA COMUNIDADE | <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> | <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> |
| DOS OUTROS FUNCIONÁRIOS | <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> | <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> |

Ao fazer o quadro, começamos a pensar numa idéia de futuro, mas, para que esse futuro não seja apenas um sonho e sim uma meta a ser alcançada, é preciso pensar “sem tirar os pés da realidade”. Para tanto é importante definir um prazo para essa concretização. Por exemplo: Como gostaríamos que nossa escola estivesse daqui a dois anos?

É importante lembrar de contrapor na escola de hoje e na de amanhã como a participação é exercida em cada um dos níveis: dos gestores da escola, dos professores, dos alunos, das famílias, de outros funcionários e da comunidade do entorno.

1.2 MATRIZ DE BARREIRAS E OPORTUNIDADES¹²

Depois de pensarmos nesse futuro, levantaremos as oportunidades e barreiras para construí-lo. As barreiras correspondem aos problemas a serem enfrentados e as oportunidades, aos recursos disponíveis, que devem ser otimizados no plano de ação.

Devemos reforçar que a matriz é um exercício de reflexão em grupo e não um questionário individual, pois somente na reflexão coletiva é possível ter uma maior proximidade da realidade escolar sob diferentes pontos de vista e vivências, enriquecendo assim o processo do diagnóstico.

¹² A Matriz de Barreiras e Oportunidades foi criada para complementar a análise da participação no ambiente escolar e também foi exercitada na I Oficina “Práticas e idéias em debate” - pelo grupo de trabalho multidisciplinar e o Conselho Consultivo.

EXERCÍCIO

MATRIZ DE BARREIRAS E OPORTUNIDADES

| PARTICIPAÇÃO DE TODOS | BARREIRAS à participação de todos | OPORTUNIDADES para que todos possam participar |
|---|-----------------------------------|--|
| AMBIENTE ESCOLAR (RELACIONAMENTOS, CULTURA, CLIMA, INFRA-ESTRUTURA) | | |
| PRÁTICA E FORMAÇÃO DO PROFESSOR | | |
| RELACIONAMENTO ENTRE ESCOLA, FAMÍLIA E COMUNIDADE | | |
| RECURSOS DE APOIO TÉCNICO A ESCOLA/POLÍTICA PÚBLICA | | |
| CURRÍCULO | | |
| AVALIAÇÃO | | |
| FINANCIAMENTO E/OU ORÇAMENTO | | |
| OUTROS | | |

1.3 MATRIZ DE PARTICIPAÇÃO

Uma vez levantadas as barreiras e as oportunidades através da discussão com o grupo, começamos o processo de sistematizar as informações sobre a participação.

A Matriz de Participação¹³ tem o objetivo de contribuir para uma avaliação das pré-condições, recursos, estratégias e oportunidades para a inclusão no ambiente escolar a partir do processo participativo. Esta matriz possibilita a organização das informações levando em conta a confluência dessas questões com cinco dinâmicas do processo participativo: do aluno no processo educativo, do professor no processo educativo, do aluno e do professor na vida escolar e seus problemas, da escola na vida da comunidade e vice-versa e, por fim, da comunidade escolar na formulação, implementação e avaliação do seu Projeto Político Pedagógico.

A reflexão sobre o resultado desse exercício possibilita uma análise crítica sobre o grau/potencial de inclusão/participação de uma escola e de cada ator envolvido neste contexto.

Cabe ressaltar que todo professor deve ser um pesquisador, alguém que se envolve com a produção do conhecimento e não apenas com a sua transmissão. Neste sentido, a matriz pode ser utilizada como uma ferramenta para “consulta” aos diferentes atores da escola: alunos, responsáveis, funcionários, direção, outras instituições locais e não necessariamente precisa ser feita com todos os atores ao mesmo tempo, mas realizada por grupos e sistematizada para o plano de ação.

¹³ A Matriz de Participação foi um instrumento construído no início do projeto, com o objetivo de levantar e analisar o contexto escolar pelos próprios envolvidos. Foi exercitada na I Oficina “Práticas e idéias em debate” - pelo grupo de trabalho multidisciplinar e o Conselho Consultivo.

EXERCÍCIO

MATRIZ DE PARTICIPAÇÃO PARA DIAGNÓSTICO

| PERGUNTA | QUE TIPO DE MATERIAL CONTRIBUI PARA QUE O PROFESSOR ADOTE PRÁTICAS QUE ESTIMULEM A PARTICIPAÇÃO? | QUE PRÉ-CONDIÇÕES (INSTITUCIONAIS, MOTIVAÇÕES, LIDERANÇAS, DINÂMICAS DO GRUPO, ETC.) CONTRIBUEM PARA PRÁTICAS MAIS PARTICIPATIVAS INCORPORADAS NO CURRÍCULO E NO PPP? | QUE OPORTUNIDADES EXISTEM NAS POLÍTICAS PÚBLICAS (MEC, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E OUTROS) PARA QUE A ESCOLA POSSA ADOTAR PRÁTICAS PARTICIPATIVAS E INCLUSIVAS? |
|---|--|---|--|
| DO ALUNO NO PROCESSO EDUCATIVO | | | |
| DO PROFESSOR NO PROCESSO EDUCATIVO | | | |
| DO ALUNO E DO PROFESSOR NA VIDA ESCOLAR E SEUS PROBLEMAS | | | |
| DA ESCOLA NA VIDA DA COMUNIDADE E VICE-VERSA | | | |
| DA COMUNIDADE ESCOLAR NA FORMULAÇÃO IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PPP E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO | | | |

EXEMPLOS DE PARTICIPAÇÃO

PARTICIPAÇÃO DO ALUNO NO PROCESSO EDUCATIVO

Ex.: Plano de ação do professor de Artes Hélcio Gurgel Amorim:
“Tô nem aí, eu quero é sexo – prevenção da gravidez precoce”

Observando um elevado número de adolescentes grávidas e o pouco conhecimento dos alunos sobre seu próprio corpo, o professor elaborou um plano de ação no qual o adolescente fosse o protagonista e pudesse desenvolver sua consciência crítica a respeito da gravidez na adolescência e da paternidade responsável.

O plano de ação utilizou noções de teatro, gravação em vídeo e trabalho com a câmera integrando as oficinas de teatro com a de vídeo. Cada aluno tinha um tempo com a câmera e cada ator preparou seu personagem. Nessas oficinas, os alunos pensavam sobre as atitudes dos personagens, experimentando e discutindo posturas, tendo em vista a troca de idéias e estímulo à reflexão. Ele destacou o empenho dos alunos para a preparação do texto e a motivação de encená-lo.

Os personagens e as falas criadas pelos alunos serviram de meio de informação para as demais turmas. Também houve palestras, parcerias com posto de saúde e mesa-redonda.

Um dos pontos que mais chamou a atenção foi como os alunos tratavam as questões sexuais antes das oficinas e como depois mudaram sua forma de pensar e atitudes dentro da sala. Maturidade, construção de valores e alteração de conceitos sobre o próprio corpo e sobre sexualidade foram algumas mudanças apresentadas por eles.



PARTICIPAÇÃO DO PROFESSOR NO PROCESSO EDUCATIVO

Ex.: Plano de ação da professora de Matemática Eneida Trovão: "Tratando informações, ações e emoções"

O baixo rendimento, as constantes situações desagradáveis decorrentes da instabilidade emocional de alguns alunos e a dificuldade dos professores para lidar com esses problemas motivaram a elaboração do plano de ação da professora Eneida.

Os objetivos específicos do plano foram: melhorar o desempenho dos alunos de duas turmas de 7ª série; minimizar os problemas de instabilidade emocional dos alunos; diminuir o número de alunos com baixo rendimento; estreitar as relações alunos-escola e sensibilizar a família em relação aos problemas do filho.

Visando aproximar os alunos dessas questões e criar uma dinâmica de discussão na qual eles próprios procurassem soluções, a professora planejou as seguintes atividades: elaboração de um questionário para os professores identificarem os problemas em cada turma; sistematização e apresentação às turmas, seguida de debates; levantamento dos problemas identificados pelos alunos; pesquisa e construção de gráficos de desempenho pelos alunos; oficinas realizadas pelos alunos da 7ª série para outras turmas e encontro com responsáveis.

A professora realizou todas as atividades planejadas, conseguiu a participação dos alunos, a mudança de comportamento em sala de aula, melhores resultados no desempenho das disciplinas, estreitou as relações alunos/escola. Como desdobramento, conseguiu o envolvimento de outros professores nas atividades.

PARTICIPAÇÃO DE ALUNO E PROFESSOR NA VIDA ESCOLAR E SEUS PROBLEMAS

Ex.: Plano de ação da professora Deyse Gomes: “Cuidar, conservar, é só começar”

A professora Deyse Gomes estava preocupada com a conservação do espaço físico de sua escola e com a influência do ambiente nas relações e no aprendizado dos alunos. Por isso, elaborou um plano de ação a fim de melhorar o cuidado com as salas e promover um local mais prazeroso e com melhores condições para a aprendizagem.

Os objetivos específicos do plano visavam o aumento da limpeza do corredor; a melhora da conscientização sobre o uso do bem público e a mobilização para o cuidado das salas – ações que se tornariam ferramentas para uma efetiva atuação cidadã.

Para isso ela fez:

- levantamento e descrição da situação da conservação das salas;
- apresentação do projeto para a direção a fim de conseguir apoio;
- reuniões para divulgar seu objetivo e conseguir parceria de alunos, serventes e outros professores. Ela formulou com os alunos um contrato de convivência e organizou com eles os espaços mais precários;



- avaliação do ambiente físico com outros profissionais e com alunos representantes.

No desenvolvimento da ação, os alunos propuseram e realizaram outras idéias de organização e manutenção dos espaços fora da sala de aula. Os resultados do projeto foram: parceria de três professoras e dez alunos representantes de turma; melhoria do das três salas determinadas no plano de ação; discussão com a comunidade escolar sobre autocuidado e uso do bem público.

Como desdobramento, o plano ganhou a participação e o ambiente, o respeito dos alunos. Os estudantes se mobilizaram para criar lixeiras e placas de identificação dos banheiros e formaram um grupo de alunos multiplicadores para a organização de coleta seletiva e de murais informativos. Também organizaram o corredor, que se transformou em "sala" dos professores - um espaço de encontro e reuniões que eles não dispunham antes.

A QUEM PODEMOS PEDIR
AJUDA PARA MELHORAR
A ESCOLA?



PARTICIPAÇÃO DA ESCOLA NA VIDA DA COMUNIDADE E VICE-VERSA

Ex. : Plano de ação da professora Maria das Graças Gomes: “Saneamento Básico e Saúde na Escola”

Preocupada com o lixo e dejetos jogados diretamente nos rios, com a presença dos ratos nas residências (percebida pelos comentários freqüentes dos alunos durante os recreios) e com doenças respiratórias e de pele nos alunos, a professora decidiu envolver 50 famílias no plano de ação para informar sobre as conseqüências na saúde das crianças do despejo irregular de lixo.

As suas atividades foram:

- aplicação de um questionário entre os alunos para fazer um levantamento sobre as condições de saúde;
- apresentação de resultados e tentar junto com as famílias elaborar resoluções e fomentar a mobilização para busca de saneamento básico;
- parceria com uma ONG que realizou palestras e encenou uma peça com temas sobre saúde e violência. A professora superou a dificuldade inicial de articulação de parcerias com os órgãos públicos, recorrendo a uma organização local;
- mobilização de comunidade e duas associações de moradores, que conseguiram a limpeza do rio e a desratização das casas. O envolvimento com as associações possibilitou mais contato com a comunidade e mais apoio para as atividades.

O número de alunos faltosos decorrentes de problema de saúde diminuiu e o comprometimento das famílias com as crianças melhorou.

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PPP E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

Ex.: Plano de ação da diretora Margareth Aparecida dos Santos Rodrigues Bandeira,: “CIEP Maravilha é aqui que eu estudo e que eu me sinto bem”

Apesar do horário integral do CIEP, a diretora criou turmas extras para atender à demanda sempre crescente da comunidade do entorno, que se ampliava cada vez mais. Na escola, foram construídas mais salas e anexos nos locais antes destinados às atividades físicas e à recreação.

Ao mesmo tempo, a diretora também observou o “alto índice de alunos agressivos interferindo no processo escolar através das mudanças no rendimento, na freqüência, no alto número de repetência, na evasão escolar e na depredação do espaço físico”. Por isso, em seu plano de ação, quis tratar a “saúde da escola”, não só das pessoas, mas também da estrutura física. Implantou um projeto que promovia oficinas com participação dos alunos com o objetivo de alcançar uma maior valorização de si mesmo e do espaço escolar: oficinas de esportes (handebol, voleibol e tênis), grafite, teatro, dança e cultura popular.

Houve uma mobilização muito grande da escola e da comunidade, com o apoio de professores, aposentados e oficineiros. Os alunos passaram a valorizar o bairro em que o CIEP estava inserido, fizeram um mapeamento do local, grafitaram a escola e começaram a valorizar e a cuidar melhor daquele espaço.

Com os resultados positivos, no ano seguinte (2004), o plano de ação norteou o Projeto Político Pedagógico com o tema “CIEP Maravilha - Aqui que eu estudo e me sinto bem”. Em 2005, abordou as diferenças com o tema “Sou brasileiro, sou gente, sou diferente”. Em 2006, o foco foi o resgate de valores com “Valores Resgatados, Mundo Melhorado”.

Agora é o momento de repensar, analisar e sistematizar todas as idéias. Como passar do discurso à ação?



2 Plano de ação - como passar da idéia ao projeto

Dentro da Metodologia Construção Compartilhada de Soluções em Saúde, a elaboração do plano de ação é um processo iniciado a partir da problematização de um dado contexto e do desenvolvimento, passo-a-passo, de uma solução. Você verá que o método implica exercitar habilidades (de reflexão, planejamento, objetividade, comunicação) e pode ser aplicado à solução de problemas em qualquer área de atividade, pessoal ou profissional, que os participantes deste processo possam enfrentar no futuro.

A metodologia preocupa-se não com a resposta correta para o problema que se apresenta, mas, antes, busca contribuir para a elaboração de planos de ação que solucionem ou simplifiquem a abordagem destes problemas, gerando ação concreta. No caso da Escola de Todos, o plano é a proposta de implementação de ações participativas/inclusivas.



Todo projeto ou plano de ação é:

- **FERRAMENTA DE ORGANIZAÇÃO** - permite organizar o pensamento, fornecer detalhes da solução e sistematizar as ações a serem implementadas;
- **MAPA DO CAMINHO/ INSTRUMENTO DE NAVEGAÇÃO** – roteiro que pode ser consultado ao longo do processo e permite lembrar os objetivos, estratégias e cronograma, ou mesmo mudá-los, se necessário;
- **INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO** que permite que suas idéias e ações possam ser comunicadas a todos os interessados, para informá-los, conseguir parcerias e solicitar contribuições.

É necessário compreender que o plano de ação ou projeto não é um documento técnico, mas sim um instrumento prático para ajudar na organização do pensamento, do planejamento e do desenvolvimento da ação a fim de alcançar as mudanças desejadas.

COMO ESTRUTURAR A AÇÃO

Vamos pensar em mais detalhes como: “porque fazer, o que fazer, para quem fazer, como fazer, com que fazer, quando fazer, como avaliar”. Estamos falando das bases do plano de ação, imprescindíveis para guiar o processo :

- ◆ **PORQUE FAZER** ⇒ justificativa
- ◆ **O QUE FAZER** ⇒ objetivos (geral e específicos)
- ◆ **PARA QUEM FAZER** ⇒ população envolvida
- ◆ **COMO E QUANDO FAZER** ⇒ metodologia
- ◆ **COM QUE FAZER** ⇒ recursos disponíveis e necessários
- ◆ **COMO AVALIAR** ⇒ indicadores de processo e de resultado

2.1 IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS

Vamos lembrar agora as barreiras levantadas no processo do diagnóstico. Pense nos problemas que impossibilitam a escola de trabalhar na perspectiva da diversidade, do desenvolvimento inclusivo e da participação. Faça uma lista de não mais que três problemas e os descreva, relatando porque eles são os mais importantes. Lembre-se: quem escolhe o problema é o grupo, pois são vocês quem vão solucioná-lo.

Problema 1

Problema 2

Problema 3

2.2 PRIORIZAÇÃO DE PROBLEMAS

Antes de definir o problema, apresentamos uma brincadeira que ajuda a refletir sobre a importância de focar o que queremos trabalhar.

DINÂMICA DA MAÇÃ

É uma brincadeira feita com duas pessoas (ou duas duplas) na qual cada uma recebe uma maçã com uma instrução diferente de como comê-la: uma dupla morde pedaço a pedaço e a outra fica tentando, mas não consegue.

Por que você acha que uma dupla conseguiu comer a maçã e a outra não?

Na brincadeira, o instrutor pediu que um grupo comesse pedaço a pedaço e que o outro só comesse se conseguisse fazê-lo de uma vez só, ou seja, colocando a maçã inteira na boca.

O que podemos entender com essa brincadeira?

A maçã representa um problema. Quantas vezes já ficamos paralisados diante de um problema, sem saber por onde começar e querendo resolvê-lo de uma vez só? Será que em vez de desistirmos de resolvê-lo não podemos olhar para aquele pedacinho que temos mais possibilidades de modificar? Assim, aos poucos e somando os pequenos resultados, conseguiremos alcançar nosso objetivo principal: resolver o problema ou comer a maçã sem ficarmos com ela atravessada na garganta.

“O não conseguir comer a maçã” representa uma atitude que muitas vezes temos e que nos imobiliza.

FAÇA ESSA DINÂMICA COM OS MEMBROS DE SEU GRUPO DE TRABALHO E CONVERSE COM ELES, VALORIZANDO A PERCEPÇÃO DE CADA UM. JUNTOS VOCÊS PODEM SE MOTIVAR, AJUDAR NO ESCLARECIMENTO DE PEQUENAS DIFICULDADES E ESCOLHER O PEDACINHO DO PROBLEMA PARA INICIAR O TRABALHO.

O eixo central desse processo é:

- escolher um problema para trabalhar e analisá-lo;
- definir uma “fatia”, um aspecto do problema que você possa solucionar usando os recursos que tem ao seu alcance;
- desenvolver o plano de ação e a avaliação dessa solução;
- entrar em ação para solucionar o problema.

Para facilitar esta escolha do problema que o grupo considera prioritário para trabalhar vocês poderão utilizar o método **FINER**, que leva a refletir sobre prioridades:

F – é possível Fazer: é o critério mais importante. É possível para o grupo trabalhar com este problema? Os recursos para solucioná-lo estão ao seu alcance? O quanto de influência você e seus companheiros têm sobre o problema e suas possibilidades de solução?

I – Interessante: vocês devem escolher um problema de interesse da comunidade escolar. O que incomoda mais? Que problema toca realmente o seu coração? Sua solução deve representar um verdadeiro alívio para todos. Use a emoção para escolher seu problema e não somente a razão.

N – Novo: tente ter um novo olhar, buscar uma nova forma de resolver e enfrentar o problema.

E – Ético: busque soluções para o problema que respeitem os direitos de todos e promovam a solidariedade.

R – Relevante: escolha um problema realmente importante e cuja solução traga o máximo de benefício à comunidade escolar.

LEMBRE-SE:

- Se a solução que vocês escolherem não for possível, todo seu trabalho será desperdiçado. Comece pequeno, para depois crescer.
- Para comer uma maçã, você começa pela primeira mordida. As outras vêm depois.

Em seguida, o grupo iniciará a definição do problema propriamente dito. É muito importante que possa defini-lo com clareza. Para isso, deve procurar entendê-lo em todas as suas dimensões e tentar perceber outros fatores que podem influenciá-lo.

Lembre-se, também, que o grupo deve escolher o problema que mais o mobilize no cotidiano escolar, tanto no próprio contexto da escola como onde vocês moram. A idéia é que a ação realmente reorganize o dia-a-dia, na perspectiva de uma Escola de Todos.

Procurem descrever o problema qualitativamente (como ele afeta a convivência no ambiente de trabalho - alunos, pais, pro-

fissionais e comunidade do entorno - e a sua realização] e quantitativamente, fazendo algumas estimativas numéricas quando possível (por exemplo: número de pessoas implicadas).

O problema escolhido pelo grupo é:

2.3 LEVANTAMENTO DE RECURSOS DISPONÍVEIS - DO PROBLEMA À SOLUÇÃO

Um dos princípios básicos da Construção Compartilhada é trabalhar a partir de recursos disponíveis. Quando nos deparamos com problemas, geralmente prestamos muita atenção em tudo que nos faz falta: dinheiro, tempo, pessoas, energia. E tantas faltas nos fazem sentir paralisados e impotentes diante dos problemas.

Pois aqui, além de redefinir os problemas, colocando-os numa dimensão em que você pode fazer algo para solucioná-los, vamos também procurar listar os recursos que, sim, temos para dar conta desta tarefa. Muitas vezes, ao falar de recursos, pensamos automaticamente em recursos econômicos, perdendo de vista os recursos que têm a ver com o capital humano, social e técnico disponíveis. Utilize a lista abaixo, após discutir os recursos com o grupo.

Humanos – todas as pessoas envolvidas no trabalho (você, os alunos, as famílias, ex-alunos, parceiros, profissionais, outros professores etc.); pessoas com quem você pode contar.

Institucionais – Articulações com entidades que possam auxiliar no encaminhamento do projeto, através de parcerias, material informativo, palestras, atendimento de saúde etc.

Materiais – material necessário para o trabalho (papel, cartolina, material educativo, equipamentos etc.);

Financeiros

LISTA DE RECURSOS DISPONÍVEIS

Lá na Matriz de Barreiras e Oportunidades fizemos uma lista. Como foi dito naquele momento, as oportunidades refletem os recursos disponíveis de um modo geral. Por isso, é importante voltar à matriz e olhar que oportunidades podem constituir recursos para resolver o problema escolhido pelo grupo.

Enumere a partir daí os recursos que o grupo tem ao seu alcance. Inclua todos os tipos de recursos: pessoas em sua equipe, equipamentos, espaços, companheiros que você pode mobilizar, talentos, conhecimentos, tempo, vontade, enfim: tudo!

2.4 DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA PRINCIPAL

Uma vez escolhido o problema e listados os recursos disponíveis, vamos pensar no que poderia ser feito para resolvê-lo.

Muitas vezes, os problemas que enfrentamos já foram enfrentados por outras pessoas. Por isso, antes de definir as soluções e de implementá-las, procuremos refletir sobre o que já foi tentado em relação ao problema escolhido. Será que alguém já resolveu este problema antes de você, em outro momento, em outro bairro ou em outro país? Tente encontrar o que deu certo e o que não deu certo para os outros. Em vez de “reinventar a roda”, procure aprender com experiências bem sucedidas e com os erros também. Assim você poderá realmente progredir na solução do seu problema.

Discutam no grupo as idéias e respondam: O que, especificamente, queremos/podemos fazer para minimizar ou solucionar o problema?

Esta resposta identifica o tipo de estratégia (ou combinação entre elas) que o grupo pode e quer utilizar. Essa estratégia geral pode ser pensada dentro de cada nível de participação, remetendo ao exercício da Matriz de Participação. A partir desses níveis, pode-se desdobrar a estratégia principal em outras complementares, envolvendo as diferentes dimensões do contexto escolar. Isso pode contribuir para o encadeamento das ações, facilitando a estruturação do plano de ação e contribuindo para discussão dos diferentes atores.

MATRIZ DE PARTICIPAÇÃO PARA PLANEJAMENTO

| PERGUNTA PARTICIPAÇÃO | QUE ESTRATÉGIAS PODEM SER INCORPORADAS À PRÁTICA ESCOLAR PARA QUE ESTA SEJA MAIS PARTICIPATIVA? | COMO PROFESSORES PODEM PROMOVER A PARTICIPAÇÃO NA PRÁTICA DA INCLUSÃO – NA ESCOLA E NA COMUNIDADE? |
|--|--|---|
| ALUNO NO PROCESSO EDUCATIVO | | |
| PROFESSOR NO PROCESSO EDUCATIVO | | |
| ALUNO E PROFESSOR NA VIDA ESCOLAR E SEUS PROBLEMAS | | |
| DA ESCOLA NA VIDA DA COMUNIDADE E VICE-VERSA | | |
| DA COMUNIDADE ESCOLAR NA FORMULAÇÃO IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PPP E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO | | |

2.5

SÍNTESE DO PLANO DE AÇÃO

A síntese do plano de ação é definida a partir da estratégia e corresponde à estrutura do projeto, a partir dos seguintes pontos:

OBJETIVO DESEJADO (o que busca para minimizar ou solucionar o problema)

através do **QUÊ** (ação, estratégia principal)

com **QUEM** (população participante)

de **ONDE** (instituição, lugar)

durante **PERÍODO** (duração)

ALGUNS EXEMPLOS:

- “Proporcionar maior participação de familiares na rotina da escola e no desenvolvimento dos alunos, com a realização de oficinas de artesanato, debates e dinâmicas de sensibilização com grupos de pais ou responsáveis de alunos, durante o segundo semestre de 2004” (Projeto Interface família-escola, da Prof^a Eliane de Castro Dantas).

Neste exemplo, o objetivo é “Proporcionar maior participação de familiares na rotina da escola e no desenvolvimento dos alunos” a estratégia principal é a “realização de oficinas de artesanato, debates e dinâmicas de sensibilização”, a população participante são os “grupos de pais ou responsáveis de alunos”; o lugar é o CIEP Poeta Fernando Pessoa/RJ ; o período é de um semestre.

- “Despertar um olhar mais afetivo dos profissionais de educação (professores e funcionários) em relação aos adolescentes e minimizar as atitudes preconceituosas através da realização de oficinas de sensibilização pelos alunos do grêmio estudantil das escolas de Campo Grande/RJ com esses profissionais, durante dois semestres”. (Projeto olhos de ver – Protagonistas juvenis sensibilizando profissionais de educação para um olhar mais afetivo , profissional da Educação Islei Salloker Santos)

Neste exemplo o objetivo é “Despertar um olhar mais afetivo dos profissionais de educação (professores e funcionários) em relação aos adolescentes e minimizar as atitudes preconceituosas”; a estratégia principal é a “realização de oficinas de sensibilização pelos alunos do grêmio estudantil das escolas de Campo Grande”; a população participante são os “profissionais de educação”; o lugar são as escolas de Campo Grande/RJ; o período é de dois semestres.

2.6 DESENVOLVENDO AS ETAPAS METODOLÓGICAS

Agora, vamos definir as atividades passo-a-passo, considerando os detalhes da solução definida pelo grupo. Quanto mais “detalhes” for possível fornecer sobre cada passo do plano melhor, pois facilitará a avaliação.

É preciso tomar muito cuidado para não programar atividades que não poderão se realizar na prática, e não se esqueça de colocar todas as atividades que demandam tempo. Temos que planejar o projeto em dimensões e tempo realistas. Para cada etapa haverá um período de realização.

| Nº | ETAPA METODOLÓGICA | PERÍODO |
|----|--------------------|---------|
| 1 | | |
| 2 | | |
| 3 | | |
| 4 | | |
| 5 | | |
| 6 | | |
| 7 | | |

2.7 AVALIAÇÃO

Como você vai medir ou avaliar o impacto ou a efetividade do seu projeto? Qual o critério mais importante e viável para avaliar seu sucesso? Trata-se de uma das etapas mais importantes do trabalho. Lembre-se que você partiu de um problema, uma situação que quer mudar. Por isso, vai precisar avaliar a situação antes de começar seu projeto e depois de tê-lo realizado. Você pode ter contribuído para a solução do problema, mas também pode não ter feito nenhuma diferença ou até ter piorado a situação. Você irá medir os efeitos do seu projeto, através de indicadores de avaliação.

O indicador é aquilo que mostra o resultado. Ele expressa uma quantidade (um número, uma porcentagem) ou uma qualidade (sujeira, abandono, satisfação, etc). O meio de verificação é como você obtém o indicador selecionado, é aquilo que mostra o seu indicador.

Indicadores de processo: critérios para avaliar e acompanhar a realização das atividades. Eles comprovam a realização das etapas mais importantes.

| INDICADORES DE PROCESSO | MEIOS DE VERIFICAÇÃO |
|-------------------------|----------------------|
| | |

Indicadores de resultado: indicam se e quanto o projeto contribuiu para a solução ou minimização do problema. Em geral, é feita uma análise comparativa da situação antes e depois do projeto. Pense no problema levantado e no que quer alcançar para definir esses indicadores.

O meio de verificação é aquilo que dá a informação sobre o indicador selecionado, é aquilo que torna possível colher o indicador. Ex.: Lista de presença das oficinas; fichas de participantes; questionário; depoimentos; fotos; anotações, entre outros.

| INDICADORES DE RESULTADO | MEIOS DE VERIFICAÇÃO |
|--------------------------|----------------------|
| | |

2.8

PASSANDO A LIMPO NOSSAS IDÉIAS - ROTEIRO DO PLANO

I. TÍTULO: _____

Escola: _____

II. PROBLEMA:

III. JUSTIFICATIVA (Um pequeno parágrafo que situe e contextualize melhor o problema, mostrando sua importância e necessidade de atuação sobre o mesmo. Recupera toda a discussão iniciada com o diagnóstico)

IV. SÍNTESE

V. OBJETIVO GERAL (É o que você quer alcançar. Está enunciado no início da síntese)

VI. OBJETIVOS ESPECÍFICOS (outros objetivos que possam decorrer do geral)

VII. DURAÇÃO DO PROJETO: _____

VIII. POPULAÇÃO ENVOLVIDA (número de pessoas envolvidas na ação, por grupo. Ex: 1 diretora, 1 coord. Pedagógica, 12 professores, 150 alunos, 60 responsáveis, 17 funcionários, 20 moradores e comerciantes do entorno)

Diretamente: _____

Indiretamente: _____

IX. ETAPAS METODOLÓGICAS (Todas as atividades/etapas que serão realizadas para atingir o objetivo. Colocar todas as atividades que demandam tempo, inclusive as ligadas à avaliação. Listar em ordem cronológica e enumerar)

| Nº | ETAPA METODOLÓGICA | PERÍODO |
|----|--------------------|---------|
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |

X – RECURSOS (Listagem de todos os recursos dos quais já dispõem para realizar o projeto e outra dos recursos a serem buscados)

| RECURSOS | DISPONÍVEIS | NECESSÁRIOS |
|-----------|-------------|-------------|
| Humanos | | |
| Materiais | | |
| Outros | | |

XI-AVALIAÇÃO

| INDICADORES DE PROCESSO (ligados às atividades) | MEIOS DE VERIFICAÇÃO (fontes de informação) |
|--|--|
| | |
| | |
| | |

| INDICADORES DE RESULTADO (ligados aos objetivos) | MEIOS DE VERIFICAÇÃO (fontes de informação) |
|---|--|
| | |
| | |
| | |

Parte IV

Jogos e dinâmicas grupais para pensar a diversidade e a participação

1 A estratégia lúdica

Nossa proposta é mobilizar a Escola de Todos através de jogos, dinâmicas grupais e outros meios criativos de comunicação, construção de conhecimentos e modificação de atitudes e práticas, para dinamizar um processo de aprendizagem crítico e compartilhado. “A situação lúdica facilita a expressão da pluralidade, o trabalho cooperativo, o diálogo e a argumentação, numa dinâmica de produção e solidariedade grupal que permite alcançar metas comuns” (Garcia, 2005).

A estratégia lúdica procura o envolvimento de todo o ser e uma liberação energética que se reconhece na alegria, sentimento com freqüência relegado dos âmbitos de ensino. É a expressão do ser que tem curiosidade, explora, constrói e compartilhar com outros o redescobrimto da realidade em que se está formando, e o desdobramento e alcance de seu próprio potencial criador. A proposta lúdica leva o grupo a um clima de descontração que dispara o desenvolvimento de todos os sentidos. As situações e ações surgidas da imaginação dependem das idéias e da história de cada adolescente, que configura sua própria percepção da realidade.

Nestas situações abertas, onde não contam os limites habituais das restrições da realidade racional, libera-se toda a potencialidade da imaginação, e isso permite abrir portas à visualização de outra realidade possível, o que constitui o primeiro passo para a ação, em direção a uma representação de nova realidade que está por vir.

A situação lúdica facilita também a explicitação de sentimentos, crenças, valores e gestos, abrindo instâncias coletivas de interpretação, questionamento, modificação ou consolidação de modalidades, a definir e enfrentar situações. Não se trata de oferecer e acumular informação, mas de construir conhecimentos. Através do jogo, cada participante é convidado a afrontar situações que podem apresentar-se a ele em sua própria realidade.



de, representando seu próprio papel, mas também o do outro, numa dinâmica de múltipla compreensão. O principal desafio é contribuir assim para a renovação do ensinar e do aprender, propondo aos jovens um lugar de autonomia, crítico, criativo e em interação solidária e cooperativa com outras pessoas.

O objetivo é a construção compartilhada e coletiva de novos conhecimentos e habilidades: trabalho em equipe, capacidade de organização, resolução de conflitos, utilização de informação de forma efetiva, administração de recursos e tempo disponível, capacidade de negociação, definição de estratégias, e a capacidade

de planejar conforme os imprevistos que possam surgir.

A utilização de jogos didáticos, dinâmicas e técnicas ganha significado à luz de uma “estratégia lúdica” que traz o sentido educativo do processo e a coerência de seus distintos componentes. Cada grupo e cada pessoa têm necessidades que variam ao longo do ciclo de trabalho. É importante prever uma seqüência didática, a ordem e a forma em que transmitiremos os conceitos que desejamos compartilhar, dependendo do grupo com que vamos trabalhar e tendo em conta as necessidades de cada pessoa e cada momento grupal, para que todos participem em igualdade de oportunidades.

1.1

O PAPEL DO EDUCADOR

A base metodológica de nosso trabalho com os adolescentes é a estratégia lúdica, em que, a partir de jogos didáticos e dinâmicas grupais, colocam-se ao seu alcance instrumentos de abordagem crítica da realidade, assim como de planejamento e organização de projetos de inclusão educativa e social. Essa estratégia é facilitada pelo papel dos educadores, que introduzem as temáticas, estimulam os adolescentes e os acompanham na geração de ações, a partir da apropriação dos conceitos.

A aquisição de conhecimentos e habilidades “próprias” para o desenvolvimento de projetos de inclusão não parte do zero, já que os adolescentes trazem consigo uma série de saberes prévios, imprescindíveis e enriquecedores. A estes conhecimentos se agregam àqueles surgidos e compartilhados nas oficinas, que estabelecem um campo para pôr em prática o que se vai aprendendo. Através de jogos de papéis (“roles”, dramatizações), trabalhamos com o progressivo desenvolvimento das atitudes necessárias para fazer da escola um “espaço para todos”.

Referimo-nos a um papel de facilitador que transita entre os participantes de acordo com cada momento do trabalho e ao grau de proximidade entre eles. Parte da função do educador é fazer com que este papel auxiliar vá circulando, e todo o grupo seja consciente de que, em algum momento, pode ser necessária a assistência de um ou outro.

Não se pode perder de vista em nenhum momento que processos como estes exigem a integração de saberes não unicamente racionais. Temáticas como a exclusão em que todas as pessoas se encontram implicadas, como a deficiência, exigem a apropriação de saberes emocionais (e não somente racionais). Esta alternância entre jogar e pensar-refletir procura reproduzir a alternância do adolescente entre permanecer na infância e alcançar a idade adulta, entre a posição de criança que demanda e a posição de jovem responsável, que vai marcando os ritmos da participação.

Na medida em que os adolescentes se apropriam de seus direitos e capacidades, podem começar a elaborar a perda da infância, a sentir-se capazes de concretizar empreendimentos em colaboração com outros (adultos, jovens, comunidade, empresários etc.).

Na prática, agregamos algumas técnicas que permitem a aproximação vivencial e a apropriação dos conceitos que se pretende aprofundar. Entretanto, a geração de metodologias acessíveis não é suficiente, já que no papel de educadores deve existir uma vigilância permanente acerca da manutenção de ambientes de aprendizagem que acompanhem estas técnicas.

1.2 OS ADOLESCENTES E A EXCLUSÃO

Vinculamos o conceito de inclusão com temáticas afins à adolescência. A invisibilidade social da deficiência pode fazer que os adolescentes a percebam como algo distante de seus interesses e necessidades. O mais freqüente é que os adolescentes considerem sua colaboração a respeito da inclusão como uma tentativa de “ajudar” às pessoas com deficiência, mas sem conseguir integrá-lo em sua vida emocional, e sem conceber sua própria implicação. Por exemplo, os adolescentes podem assimilar melhor a superproteção ou o abandono que sofrem algumas pessoas com deficiência, quando o comparam com a que eles mesmos experi-

mentam às vezes por parte dos adultos, ou entender melhor a discriminação da deficiência comparando-a com a que eles sofrem porque falam e se vestem como adolescentes.

É importante marcar elementos geradores de exclusão em seu próprio grupo ou a partir de situações relatadas sobre experiências em outros grupos. Assim, situações de exclusão de alguém por ser gordo, afro-descendente, homossexual, judeu etc devem ser apontadas pelo educador como exemplos a serem vinculados com os eixos de trabalho.

O objetivo final das atividades é que os adolescentes alcancem uma independência de proposta e execução nos projetos. Este trabalho de empoderamento se realiza de uma maneira progressiva, assegurando o apoio sem obstruir a capacidade de ação do adolescente. O risco é certo nas primeiras etapas, nas quais, às vezes, a falta de confiança dos educadores nos adolescentes e as inseguranças destes podem influenciar este processo.

Muitas vezes os jovens não participam porque os adultos fazem as coisas por eles, sem lhes dar o tempo necessário para que se atrevam a exercitar esses papéis. Trata-se de acompanhar os adolescentes em suas iniciativas, sem induzir idéias nem condicionar aspirações do mundo adulto. Propomos aos adolescentes que - jogando, divertindo-nos, responsabilizando-nos, exercendo nossos direitos - construamos alternativas sustentáveis e um espaço educativo mais inclusivo.

2 Jogos e dinâmicas de apresentação e fortalecimento grupal

2.1 JOGOS DE APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO COM BALÕES

- OBJETIVO:** Apresentação. Aquecimento. Quebra-gelo.
- TEMPO:** 30 minutos. (O tempo das dinâmicas de apresentação está muito vinculado à quantidade de gente que houver no grupo).
- MATERIAIS:** Balões. Papel [cortado de 8 x 5 cm]. Canetas.
- DESENVOLVIMENTO:** Pedimos aos participantes que escrevam seus nomes no papel e uma palavra ou desenho que os represente. Depois damos e eles um balão sem encher e pedimos que introduzam o papel no balão e depois o encham e amarrem. A partir deste momento propomos diferentes jogos e brincadeiras com balões, para que sejam estourados e revelados os papéis. Cada participante tem que ficar com um papelzinho e buscar a pessoa cujo nome está no papel. Quando a encontrar, coloca-se à direita dela, e assim vamos formando uma roda para cada um formar seu par; damos uns minutos para fazer perguntas sobre o significado da palavra escolhida e outros dados para apresentar. Quando consideramos que é suficiente, começamos com a apresentação.
- COMENTÁRIOS:** Em caso de haver pessoas cegas deverão ser fornecidas placas para elas escreverem em braile¹⁷ e jogarem com um par, ou lhes fornecer assistentes para que possam participar em igualdade de condições. Isto último também é válido se houver no grupo pessoas com deficiência física que tenham dificuldades para participar.
- No caso de haver surdos é importante fazer sinais para começar e finalizar o jogo.

¹⁷ Leitura através do tato. Para escrever usa-se uma placa de metal, na qual existem várias seqüências de seis pequenas cavidades.

SALADA DE FRUTAS

- OBJETIVO:** Aquecimento. Conhecimento.
- TEMPO:** 15 a 20 minutos. (Depende do tamanho do grupo)
- DESENVOLVIMENTO:** Formamos uma roda. Explicamos que por um tempo vamos ser uma Salada de Frutas. A pessoa encarregada de coordenar o jogo ficará no centro da roda; proporá que quando apontar alguém e disser banana, o participante deverá dizer seu nome, quando disser maçã, deverá dizer o nome do participante de sua direita e quando disser laranja o nome do companheiro da esquerda.

Continua ...

Continuação

Quando o que dirige o jogo disser Salada de Frutas, a roda se desarmará e cada integrante terá que se pôr em outro lugar da roda, ficando parado ao lado de diferentes companheiros.

Assim a pessoa encarregada de dirigir o jogo percorrerá a roda dizendo as frutas e as pessoas terão que responder corretamente, do contrário passarão ao centro da roda e ficarão para seguir dirigindo o jogo, enquanto o/a que antes dirigia ocupa seu lugar na roda.

COMENTÁRIOS:

Se houver pessoas cegas no grupo podemos tocar o ombro para assinalar e dizer a fruta. Neste caso é bom usar uma sinalização de contacto em todos os participantes.

MEU AMULETO

OBJETIVO:

Conhecer-nos e gerar um nível de comunicação mais pessoal

TEMPO:

30 minutos

MATERIAIS:

Objetos pessoais

DESENVOLVIMENTO:

Cada participante é convidado a vir ao encontro trazendo (de sua casa) algum objeto que lhe seja especialmente significativo (uma medalha, a foto de alguém querido, qualquer coisa que guarde em si uma história que faça do objeto algo especial). Reunidos em pares, cada um contará a história de seu "amuleto" e por que foi o objeto escolhido. Quem escuta, deverá reter a maior quantidade de detalhes, ainda que não pareçam significativos em primeira instância. Depois, trocarão objetos e irão ao encontro de outro companheiro/a a quem transmitirão a história do objeto que receberam. Repete-se o exercício mais duas ou três vezes e depois em roda, cada um/a apresenta o objeto que tem e conta sua história, comparando-a com a original.

COMENTÁRIOS:

Os e as participantes devem ser avisados antecipadamente sobre a regra para trazer um objeto "especialmente significativo" no próprio convite do encontro.

ENTREVISTA

OBJETIVO:

Conhecer-nos

TEMPO:

20 a 30 minutos

DESENVOLVIMENTO:

Entrega-se a cada participante uma folha na qual deverá desenhar uma tabela com 5 colunas (nome, o que faz, lugar favorito no mundo, canção favorita, um livro) e tantas linhas quantas letras tiverem em seu nome próprio. Para começar cada participante deverá encontrar no resto do grupo pessoas cujos nomes contenham as letras do nome próprio e a cada uma delas pedirá uma "entrevista" na qual fará as perguntas adequadas para cada coluna. Ganha quem primeiro conseguir completar sua tabela com respostas para cada uma das perguntas indicadas.

2.2 JOGOS DE AQUECIMENTO E QUEBRA-GELO

AS FORMIGAS

| | |
|-------------------------|---|
| OBJETIVO: | Aquecimento, animação. Apropriação do espaço de jogo e comunicação. |
| TEMPO: | 15 a 20 minutos |
| MATERIAIS: | Música |
| DESENVOLVIMENTO: | <p>Colocamos música e propomos aos participantes que caminhem pelo espaço como se fossem formigas. Explicamos que uma característica das formigas é que sempre estão apressadas, mas nunca se esbarram. Pedimos que comecem a caminhar mais rápido. Quando conseguimos certo clima de concentração propomos variações.</p> <ul style="list-style-type: none">• As formigas se comunicam, mas não através da palavra; quando a música parar, vamos nos encontrar e vamos comunicar algo a outro como formigas que somos.• As formigas têm ímãs em distintas partes do corpo; quando a música parar, ficarão grudadas. Têm ímãs na cabeça, nas costas, nos joelhos, etc. |
| COMENTÁRIOS: | <p>Em geral é bom propor primeiro que caminhem livremente pelo espaço e que se cumprimentem, permitindo que falem um momento. Depois informar que é bom eliminar a palavra.</p> <p>Se houver pessoas surdas deverá ser acordado que se levantará o braço quando começar a música e quando terminar.</p> |

BUSCANDO O EQUILÍBRIO GRUPAL

| | |
|-------------------------|---|
| OBJETIVO: | Aquecimento. Animação. Apropriação do espaço de jogo. Desenvolver a confiança no grupo. |
| TEMPO: | 15 a 20 minutos |
| MATERIAIS: | Corda |
| DESENVOLVIMENTO: | <p>Atamos a corda pelos seus extremos e propomos que se forme uma roda com os participantes agarrados à corda. Pedimos ao grupo que busque o equilíbrio da roda mantendo a corda tensa. Quando conseguimos o equilíbrio, convidamos os participantes a darem uma volta mantendo a tensão, primeiro caminhando para um lado, depois para o outro. Depois propomos dar voltas cada vez mais rápido mudando de direção.</p> <p>Variações:</p> <p>Depois de realizada a etapa anterior, pedimos um ou dois voluntários, dependendo do tamanho do grupo para:</p> <ul style="list-style-type: none">• que se sentem na corda e damos uma volta.• que fiquem de pé na corda e os levamos para dar uma volta.• que fiquem de pé na corda, neste caso não se move a roda, só se mantém tensa; pedimos aos que estão sobre a corda que dêem uma volta à roda, caminhando sobre a corda, apoiando-se nos companheiros que seguram a corda. |
| COMENTÁRIOS: | <p>É importante motivar os participantes a que mantenham a tensão da corda sem transformar o jogo num cabo-de-guerra, já que isso permite que outros companheiros subam. Promover que experimente o passeio na corda a maior quantidade de participantes possível.</p> <p>A proposta é encontrar o ponto de equilíbrio do ponto de vista físico, o que permite dar exemplos de como um grupo é capaz de conter os seus integrantes.</p> |

2.3 JOGOS DE FORTALECIMENTO GRUPAL

PIQUE-PEGA ENCADEADA

| | |
|-------------------------|---|
| OBJETIVO: | Animação. Liberação de energia. Cooperação. |
| TEMPO: | 15 a 20 minutos |
| DESENVOLVIMENTO: | Dispõe-se o grupo em duplas de mãos dadas. Um par é o pegador e sai para pegar outras duplas do grupo. Cada vez que pega uma dupla, esta segura na mão e continuam juntas pegando outros até que reste uma única dupla fora da cadeia. Esta dupla será a pegadora para o pique-pega seguinte. |
| COMENTÁRIOS: | Nas oficinas de inclusão jogamos sempre em dois ou mais, desta forma prevemos que possa jogar a maior quantidade de participantes em igualdade de condições, desenvolvimento da cooperação e o exercício do trabalho em equipe. |

A CÉLULA

| | |
|-------------------------|---|
| OBJETIVO: | Animação. Cooperação. |
| TEMPO: | 10 a 15 minutos |
| DESENVOLVIMENTO: | Dispõe-se o grupo em equipes de 3 ou 4 participantes e pede-se que se dêem as mãos. Cada equipe é uma célula e para crescer necessita alimentar-se. Para comer, as células deverão estar de mãos dadas e passar o braço por cima da cabeça dos companheiros pertencentes às outras equipes, de tal forma que fiquem dentro da célula. Os participantes não resistirão, pois quando são tocados, passam a formar parte da outra célula; pode-se tocar a um só participante. Quando ficam 1 ou 2 grandes grupos termina o jogo. |
| COMENTÁRIOS: | É bom esclarecer que não é necessário forçar, que faz parte do jogo circular de uma roda a outra. |

BONECO DE TRAPO OU JOÃO-BOBO

| | |
|-------------------------|--|
| OBJETIVO: | Consolidação grupal. Cooperação. Desenvolvimento da confiança. |
| TEMPO: | 15 a 20 minutos |
| DESENVOLVIMENTO: | <p>Formamos grupos de três pessoas, cuidando que tenham mais ou menos o mesmo tamanho. Dois integrantes ficarão de frente um para o outro, no meio ficará o outro participante que fará o boneco. Ele se colocará de frente para um dos companheiros e de costas para o outro. O boneco deverá permanecer rígido, com as pernas juntas, sem flexionar os joelhos e com os braços colados ao corpo. Nesta posição se deixará cair para diante e para trás. Os companheiros deverão sustentá-lo pegando-o pelos ombros e empurrando-o para o outro participante.</p> <p>Quando o que se faz de boneco considerar que já experimentou o suficiente, passa a sustentar e outro ocupa o lugar de boneco. Assim é feito até que todos os integrantes do subgrupo experimentem o lugar do boneco.</p> |
| COMENTÁRIOS: | <p>É muito importante motivar as pessoas a fazer a experiência, é eficaz mostrar a dinâmica com um exemplo. Em caso de alguma pessoa não se sentir segura para participar, por seu peso ou simplesmente por medo de não ser sustentada, se reforça a equipe com mais pessoas e inclusive com os educadores e se motiva a pessoa para que tente.</p> <p>Se houver pessoas cegas, colaborar no primeiro momento com a postura e a posição, tanto para ser boneco como para sustentar e depois retirar-se.</p> |

A BOLHA

| | |
|-------------------------|---|
| OBJETIVO: | Consolidação grupal. Cooperação. Desenvolvimento da confiança. |
| TEMPO: | 30 a 40 minutos (dependendo do tamanho do grupo) |
| MATERIAIS: | Música. |
| DESENVOLVIMENTO: | <p>Formamos subgrupos de pelo menos seis pessoas. Cada subgrupo formará uma roda de mãos dadas e um de seus integrantes ficará no centro da roda.</p> <p>Esta roda será uma bolha protetora da pessoa que está no centro. Esta pessoa deverá caminhar, dançar ou o que quiser fazer com os olhos fechados; a bolha deverá mover-se cuidando que a pessoa que está no centro não se machuque nem bata contra nada.</p> <p>Quando a pessoa que está no centro considerar que é suficiente, deve se sentar no chão. Esse é o sinal para que outro integrante do grupo vá para o centro e o que já experimentou passa a ser parte da bolha.</p> |
| COMENTÁRIOS: | É muito importante motivar as pessoas a fazer a experiência, é eficaz mostrar a dinâmica com um exemplo. |

2.4 JOGOS PARA ARMAR SUBGRUPOS

AS LANCHAS

| | |
|-------------------------|--|
| OBJETIVO: | Animação. Aquecimento. Armação de subgrupos. |
| TEMPO: | 10 minutos |
| MATERIAIS: | Música. |
| DESENVOLVIMENTO: | <p>Contamos a história de um naufrágio e, por último, dizemos que para salvar-nos devemos abordar as lanchas salva-vidas.</p> <p>Estas lanchas carregam determinada quantidade de gente.</p> <p>Pedimos aos participantes que caminhem pelo espaço. A pessoa que coordena o jogo dirá então: devemos armar lanchas de até 5 pessoas. Imediatamente o grupo deverá agrupar-se de 5 em 5. Repetimos esta fórmula com vários números de pessoas até dizer o número com que desejamos armar subgrupos. Quando as lanchas de, por exemplo, 6 pessoas estiverem armadas, finalizamos o jogo pedindo que fiquem nesse subgrupo e se propõe a dinâmica seguinte.</p> |
| COMENTÁRIOS: | Para o desenvolvimento deste jogo é muito útil contar a história de um naufrágio, antes de começar. Cada educador deve criar um conto para animar e motivar ao jogo. |

AS FAMÍLIAS

| | |
|-------------------------|---|
| OBJETIVO: | Animação. Aquecimento. Divisão em subgrupos. |
| TEMPO: | 10 minutos |
| MATERIAIS: | Cartões com nomes de animais. |
| DESENVOLVIMENTO: | <p>Damos a cada participante um cartão com o nome de um animal escrito e pedimos que não o digam em voz alta.</p> <p>Depois, dizemos que na sala há várias famílias de animais e que estas deverão ser encontradas pelo modo como se movem e pelo som que fazem.</p> <p>Então propomos que se busquem sem usar a palavra.</p> <p>Variações</p> <ul style="list-style-type: none">podemos fazer um jogo prévio onde as pessoas tenham que fazer entender a cada pessoa que animais são e trocar papéis, até propor armar as famílias. |
| COMENTÁRIOS: | <p>Se houver pessoas cegas no grupo é importante ter cartões em braile. Outra opção é fazer cartões com diferentes texturas.</p> <p>Se houver pessoas surdas, é importante indicar que se encontre também pela forma de caminhar ou ações que o animal realiza.</p> |

2.5 JOGOS DE DESPEDIDA

O ABRAÇO

OBJETIVO: Animação. Despedida.

TEMPO: 10 minutos

DESENVOLVIMENTO: Formamos uma roda e nos abraçamos. Contamos uma breve história que envolva uma brasa. Em seguida, dizemos que a brasa vai passar por toda a roda e fazendo um movimento de cadeira para um lado, a cada um que chega a brasa deverá agregar um “sa”. Então propomos fazê-lo, começando o coordenador, que diz: Abrasasasasasa e enquanto o movimento circula se agregam “sa” até que chega de novo ao educador.

Agregamos movimentos e sons:

- como a brasa queima, quando termina de passar vamos pôr os braços esticados para o centro da roda e vamos gritar: Queima!!! Queima!!!
- quando nos queimamos é bom passarmos as mãos queimadas pelo cabelo, então o seguinte movimento será passarmos as mãos pelo cabelo e girar no lugar gritando: Ai, ai, ai!!!
- Nesse exato momento passa alguém conhecido e como o que estamos fazendo é ridículo, vamos fazer de conta que o estamos saudando: gritando oooooooooooooo !!! E fazendo uma ola.

Cada movimento-som que agregamos o provamos acumulando-o com o anterior. Para terminar propomos dar um grito de despedida; a idéia é escolher algo que tenha a ver com o grupo e fazemos toda a série com o grito final.

COMENTÁRIOS: É importante que a pessoa que dirija o jogo, motive contando um conto, por ex. “da fornada dos biscoitos que comemos na merenda restou-me uma brasa” ou “desta oficina que estive tão boa ficou algo aceso...”

A ESPIRAL DOS SONHOS

OBJETIVO: Despedida.

TEMPO: 10 minutos

DESENVOLVIMENTO: Formamos uma roda dando-nos as mãos. A pessoa encarregada de dirigir o jogo fala brevemente sobre o que foi compartilhado no grupo. Então se solta de uma mão e começa a caminhar por dentro da roda, levando-a a formar uma espiral. Quando os participantes estão suficientemente próximos, desde o centro da espiral, a pessoa que coordena propõe que compartilhem um sonho em silêncio. Assim, de mãos dadas, com os olhos fechados compartilhamos nossos sonhos.

Damos um tempo a este momento. Quando consideramos que é suficiente, dizemos que na medida em que vamos terminando iremos abrindo os olhos e reencontrando-nos com os companheiros. Pedimos a quem está na parte mais exterior da espiral que comece a caminhar até voltar a ficar em roda. Agradecemos e, se não sair espontaneamente, que é o que acontece geralmente, propomos um aplauso.

COMENTÁRIOS: É importante que a pessoa que dirige a dinâmica ligue o que foi trabalhado na instância compartilhada, com o tema dos sonhos que cada um tem.

3 Jogos e dinâmicas para explorar conceitos chaves

3.1 DINÂMICAS PARA DEFINIR TERMOS

CHUVA DE IDÉIAS

| | |
|-------------------------|---|
| OBJETIVO: | Definir termos. Fazer um diagnóstico sobre a informação que o grupo usa. Fazer propostas sobre temas. |
| TEMPO: | 20 a 30 minutos |
| MATERIAIS: | Papel 40 kg ou papel craft e canetas hidrocor |
| DESENVOLVIMENTO: | <p>Propomos ao grupo o termo que queremos definir, por ex. que significa participar ou o que quer dizer inclusão?</p> <p>Por um tempo permitimos que o grupo diga tudo que pensa que é o termo.</p> <p>Depois que não resta mais nada por dizer, esclarecemos o termo acordando a definição mais próxima.</p> |
| COMENTÁRIOS: | É importante, no processo de construção coletiva de conceitos, discutir as definições errôneas para que o grupo construa e apreenda os conceitos. Uma ferramenta útil é dividir com uma linha o papel e escrever de um lado o que é o conceito, e do outro todas as definições duvidosas para retomá-las ao finalizar a dinâmica e discuti-las. |

COLAGEM

| | |
|-------------------------|---|
| OBJETIVO: | Identificar conceitos presentes no grupo. Definir termos. |
| TEMPO: | 30 a 40 minutos |
| MATERIAIS: | Papel 40 kg ou papel craft, canetas hidrocor, cola colorida, revistas e tesouras. |
| DESENVOLVIMENTO: | <p>Formamos subgrupos e, a cada um, distribuimos papel, canetas hidrocor, cola colorida, revistas e tesouras.</p> <p>Propomos aos grupos uma palavra ou frase incompleta sobre a qual queremos investigar e dizemos que montem uma colagem para mostrar o que pensam sobre o tema. Quando estão prontos, cada grupo mostrará a plenária seu trabalho e explicará como ele foi construído.</p> <p>Variações</p> <ul style="list-style-type: none">• Se queremos investigar sobre adolescência ou algum tema com o qual os participantes se identifiquem, podemos propor que um dos integrantes do grupo se deite sobre o papel, que os demais desenhem sua silhueta, e depois trabalhem a colagem sobre a mesma. Outra variação é que ponham o que é dentro da silhueta através de palavras, cor e forma, e fora o que não é o termo que queremos investigar. |

Continua ...

Continuação

Por ex.: Dentro da silhueta: Ser adolescente. Fora da silhueta: Não ser adolescente ou mais especificamente se queremos investigar a relação desse grupo com o mundo adulto: Ser adulto.

Dentro da silhueta: Participar; Fora: Não participar.

COMENTÁRIOS:

É importante ter cartões, placas de metal e ponteiro, além de usar alguma técnica com relevo se houver pessoas cegas.

EM MINHAS PRÓPRIAS PALAVRAS

| | |
|-------------------------|---|
| OBJETIVO: | Definir e compreender termos. Identificar conceitos e encontrar novas relações entre eles. |
| TEMPO: | 15 minutos |
| MATERIAIS: | Papel, lápis e definições que queiramos compartilhar. |
| DESENVOLVIMENTO: | Formamos subgrupos e a cada um damos uma folha de papel com uma definição completamente amassada e feita uma bola. Cada grupo deverá discutir a definição recebida e reescrevê-la “com suas próprias palavras”. |

Por exemplo: reescreve “com suas próprias palavras” a seguinte definição:

Entendemos por “desenvolvimento inclusivo” o desenho e implementação de ações e políticas para o desenvolvimento socioeconômico e humano que procuram a igualdade de oportunidades e direitos para todas as pessoas, independentemente de seu status social, seu gênero, condição física ou mental e sua raça. Trata-se de um conceito que valoriza a contribuição de cada ser humano ao processo de desenvolvimento.

3.2 SOBRE O CONCEITO DE INCLUSÃO

O INTRUSO

| | |
|-------------------------|--|
| OBJETIVO: | Exemplificar o circuito exclusão – inclusão. Assumir papéis. Tomada de decisões. |
| TEMPO: | 15 a 25 minutos |
| DESENVOLVIMENTO: | <p>Solicitamos 6 voluntários e pedimos a 5 deles que façam uma roda com os braços entrelaçados. A seguir, diremos aos 5 que eles são o grupo e o sexto voluntário será o intruso que tem que entrar no grupo.</p> <p>Combinamos que o restante do grupo é observador.</p> <p>Depois de desenvolvida esta parte, solicitaremos outro voluntário; voltamos à posição inicial, desta vez com dois intrusos.</p> <p>Esclarecemos que se quiserem poderão planejar alguma estratégia.</p> <p>Quando terminam esta parte, pedimos mais três voluntários. Agora os dois intrusos e os três voluntários serão o grupo, por tanto ficarão em roda com os braços entrelaçados e o grupo anterior deverá separar-se para entrar a este novo grupo.</p> <p>Quando a dinâmica termina, perguntamos ao primeiro intruso como se sentiu; depois ao primeiro grupo, ao segundo intruso, ao primeiro como se sentiu quando eram dois, novamente ao primeiro grupo, depois ao segundo grupo e ao primeiro grupo em relação ao segundo. Depois consultamos os observadores sobre sua opinião a respeito do que acabaram de ver.</p> <p>É importante que a pessoa encarregada de coordenar o jogo faça uma síntese do sucedido, exemplificando como foi o assumir papéis e aproximando a dinâmica para abordar o tema da inclusão.</p> |
| COMENTÁRIOS: | Diante das perguntas do grupo ou do que tem que entrar, diremos que eles devem escolher como, devemos tentar não ser diretivos em quanto a como entrar, já que isso nos permite deixar aberto o tema assumir papéis para retomá-lo nos comentários. |

SOCIOMETRIA

| | |
|-------------------------|---|
| OBJETIVO: | Conhecer acerca da diversidade como constante em todos os grupos humanos. Visualizar a diversidade dentro do próprio grupo. |
| TEMPO: | 10 minutos |
| DESENVOLVIMENTO: | <p>Dispostos em roda dizemos aos participantes que queremos conhecer o grupo e que simplesmente vamos agrupar-nos segundo algumas denominações.</p> <p>Por ex.:</p> <ul style="list-style-type: none">• as pessoas que estudam de um lado, as que não estudam do outro.• as pessoas que são desta cidade de um lado, as que são de outros lugares do outro.• as pessoas que se sentem diferentes de um lado, as que se sentem iguais do outro |

Continua ...

Continuação

- as pessoas que têm alguma pessoa em seu círculo próximo, ou têm uma deficiência deste lado, as que não do outro.

Quando terminamos de propor duplas, perguntamos ao grupo se alguém quer propor. Muitas vezes surgem agrupamentos muito interessantes.

COMENTÁRIOS:

É importante que as agrupações pensem propor em função de investigar a diversidade de nos grupos.

JOGA FORA NO LIXO

OBJETIVO:

Perceber que a exclusão ou segregação, repara apenas em um detalhe da pessoa. E que todos nós somos muito mais do que mostramos. Esta parte oculta é a que se joga no lixo em detrimento de uma diferença que fica à mostra.

TEMPO:

40 minutos.

MATERIAIS:

Papel e lápis.

DESENVOLVIMENTO:

Dar papel branco e lápis aos participantes. Pedir que cada um escreva, sem se identificar, as suas qualidades e sonhos. Incentivar a fazerem uma auto-avaliação e listarem o mais que puderem seu lado positivo, esquecendo-se do que os outros já disseram algum dia de negativo a seu respeito. Colocar no papel o que há de melhor dentro de si. Depois dobrar e entregar ao orientador.

Este recolhe todos os papéis e bruscamente diz que mudou de idéia e que não vai mais continuar a dinâmica, e sim fazer outra.

E dizendo isso, joga num cesto de lixo, sem ler, todos os papéis.

Esperar a reação dos participantes, fingindo que está distraído preparando algo novo.

Caso ninguém venha a reclamar, perguntar se há algum problema em interromper a atividade ou se alguém ficou incomodado em ver seus sonhos e qualidades jogados no lixo.

Quando os participantes reclamarem, o orientador diz que não está mais interessado nisso, que são apenas papéis e anima o grupo: Vamos fazer outra dinâmica?

Analisar a reação do grupo e discutir: qual o problema de jogar fora os papéis com seus sonhos e qualidades, se eles ainda estão dentro deles? De fato não estão no lixo e nem foram retirados deles.

Finalizar retirando do lixo todos os sonhos e qualidades que foram desprezados, distribuir aleatoriamente os papéis entre eles, que serão lidos. Analisar o conteúdo de cada um.

COMENTÁRIOS:

A dinâmica visa mostrar a violência cometida ao se rotular, segregar ou excluir alguém, pois muitas vezes o melhor dela está oculto, e pode frutificar se tivermos um novo olhar sobre a pessoa. Tem-se que ver o ser por inteiro, valorizando suas diferenças.

3.3 SOBRE O CONCEITO DE DIVERSIDADE

3.3.1 Dinâmicas para pensar um conceito “inclusivo” de Humanidade

TALENTOS E LIMITAÇÕES¹⁸

| | |
|-------------------------|---|
| OBJETIVO: | Pensarmo-nos e expormo-nos como seres humanos diferentes com talentos e limitações. Exemplificar sobre como muitas vezes vemos as limitações como deficiência e o talento como virtude. |
| TEMPO: | O tempo dependerá do tamanho do grupo. Se não tivermos o tempo necessário para que todos os integrantes do grupo se expressem é melhor não realizar a dinâmica. |
| DESENVOLVIMENTO: | Vamos propor ao grupo que nos apresentemos de uma forma diferente. A proposta será dizer: Meu nome é. Meu talento é. E minha limitação é. A pessoa encarregada de levar adiante a dinâmica ficará para falar por último, já que, se exemplifica, é provável que oriente as escolhas do grupo. |
| COMENTÁRIOS: | Muitas vezes as pessoas têm dificuldades para dizer seu talento ou sua limitação ou ambos. É importante que a pessoa encarregada da dinâmica explicita que todos temos o que dizer, ainda que seja qualquer coisa, e estimule a pessoa para que possa dizer ambas as coisas. |

MAIS IGUAL MAIS DIFERENTE¹⁹

| | |
|-------------------------|---|
| OBJETIVO: | Pensar a quais modelos nos igualamos e diferenciamos. |
| TEMPO: | 10 minutos |
| DESENVOLVIMENTO: | Pedimos aos participantes para se moverem pelo espaço e que, a um sinal, se coloquem junto à pessoa que a se consideram mais igual. Quando estiverem juntos, dizemos que têm um minuto para explicar um ao outro as razões porque se escolheram. Pedimos novamente que se desloquem pelo espaço e, a outro sinal, pedimos que se coloquem junto à pessoa que consideram mais diferente. Voltamos a dar um minuto para dividirem o motivo da escolha. Depois em roda perguntamos se alguém quer contar por que e como escolheu. Fechar fazendo uma síntese do vivido. |
| COMENTÁRIOS: | Muitas vezes para os participantes é difícil ou parece antipático escolher o mais diferente. Se isto se verbaliza ou aparece, é importante tentar que os outros participantes que realizem a dinâmica ponham em palavras a dificuldade que aparece com a diferença. |

¹⁸ Adaptada de ¿Es usted gente? De Claudia Werneck e Escola de Gente, 2005.

¹⁹ Adaptada de ¿Es usted gente? De Claudia Werneck e Escola de Gente, 2005.

VOCÊS SÃO GENTE?²⁰

| | |
|-------------------------|--|
| OBJETIVO: | Introduzir o conceito de diversidade na construção do conceito de humanidade. Questionar acerca dos preconceitos nos quais baseamos a construção do conceito de ser humano. Introduzir a perspectiva dos Direitos Humanos. |
| TEMPO: | 20 a 30 minutos |
| DESENVOLVIMENTO: | Após o grupo ter se sentado formando uma roda, perguntamos: Vocês são gente? Ou: Quem de vocês se considera gente? Com certeza responderão que sim, e então perguntaremos: E por que se consideram gente? Vão surgir muitas respostas, as quais teremos que ir esclarecendo. Outras perguntas chaves: Que significa ser humanos? Consideramos que o humano é uma condição de toda gente? Uma pessoa à qual falta uma perna é menos humana que a que tem as duas? Um assassino é um ser humano? Uma pessoa que sofreu um acidente e tem morte cerebral é um ser humano? Freddie Mercury é um ser humano, embora tenha morrido? Com esta dinâmica queremos mostrar que somos gente porque pertencemos ao conjunto da espécie humana, ou seja, que procedemos de um casal humano. Outra coisa que nos representa é que somos todos diferentes e somos conscientes disso. |
| COMENTÁRIOS: | É importante manter o grupo pensando nessas questões. A idéia não é dar a resposta, mas que surjam os preconceitos, para, desconstruindo-os, chegar à idéia de humanidade e de diversidade. |

CRIAÇÃO DE ESQUETES: "Quando somos iguais e quando somos diferentes"

| | |
|-------------------------|---|
| OBJETIVO: | Mostrar que todos têm momentos na vida que nos diferenciam dos demais e outros em que somos exatamente iguais a todos. |
| TEMPO: | 60 minutos. |
| DESENVOLVIMENTO: | Dividir os participantes em grupos pequenos e pedir que discutam situações vividas ou presenciadas por cada um deles onde: a) sentia-se diferente dos demais, mas algo aconteceu que o igualou ao grupo; b) sentia-se integrado ao grupo e igual aos demais, mas algo aconteceu que o diferenciou. O orientador deve dar para cada grupo um tipo diferente de discussão (a ou b). Depois o grupo deve eleger a situação mais interessante, a que demonstra melhor a proposta de igualar ou diferenciar e dramatizá-la num esquete, mostrando ao grupo. Após todas as apresentações fazer um debate. |

Continua ...

²⁰ Adaptada de ¿Es usted gente? De Claudia Werneck e Escola de Gente, 2005.

COMENTÁRIOS:

Todos passamos por situações que nos igualam ou diferenciam dos demais, algumas são dramáticas, vexatórias ou cômicas. Portanto, todos temos momentos de diferenças e de igualdades que podem trazer sofrimento ou não. Exemplos: a) Passar na rua, toda elegante, cheirosa e bem vestida perto de algum mendigo. Começar um tiroteio e ter de se jogar ao chão sujo ao lado do mendigo e de todos os passantes para sobreviver; b) Aluna alegre e integrada a sua turma, sentia-se igual a todos até que entrou na sala uma professora de religião católica e a excluiu da sua aula pois ela era pagã. A partir daí toda a turma começou a olhá-la diferente.

3.4 SOBRE OS CONCEITOS DE DESENHO UNIVERSAL E ACESSIBILIDADE

O CEGO, O MUDO E O QUE NÃO PODE CAMINHAR

OBJETIVO:

Detectar as necessidades inclusivas de um espaço. Vivenciar um tipo de limitação. Cooperação.

TEMPO:

60 minutos

MATERIAIS:

Lenços ou xales, cordas.

DESENVOLVIMENTO:

Formamos subgrupos de três. Cada subgrupo terá um integrante que não poderá ver, um integrante que não poderá falar nem comunicar nada do que ouvir e um integrante que não poderá caminhar. Fornecemos lenços para vendarem-se os olhos e cordas ou lenços para atarem-se as pernas juntas. Cada trio terá um tempo para percorrer o espaço, segurando nos ombros ou nas mãos uns dos outros, cuidando, acompanhando e mostrando entre si os objetos e obstáculos que surgirem. Depois deste tempo, voltamos ao grupo e falamos de como se sentiram, quais limitações encontraram no espaço e que coisas vivenciaram no percurso (se foram guiados ou guias etc.)

COMENTÁRIOS:

Se houver pessoas cegas, elas tomarão o lugar que lhes é próprio, mas não poderão utilizar sua bengala já que isso lhes daria vantagem frente aos que têm os olhos vendados.

Se houver pessoas com alguma dificuldade motora talvez não seja necessário que se amarrem as pernas.

3.5 SOBRE O CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO

ESTE É SEU OBJETIVO

- OBJETIVO:** Cooperação. Trabalho em equipe em função de uma tarefa. Percepção dos estilos de participação no grupo.
- TEMPO:** 15 a 20 minutos
- MATERIAIS:** Corda longa. Lenços ou xales e/ou cordas curtas. Três objetos.
- DESENVOLVIMENTO:** Pedimos nove voluntários; o restante do grupo funcionará como observador. Formamos subgrupos de três. Cada subgrupo terá um integrante que não poderá ver, um integrante que não poderá falar nem comunicar nada do que ouvir e um integrante que não poderá caminhar. Damos lenços para vendarem-se os olhos e cordas ou lenços para atarem-se as pernas juntas. Colocamos os subgrupos dentro de uma corda que deverão manter esticada em forma de triângulo, ou seja, cada subgrupo em uma direção diferente. Os integrantes de cada subgrupo deverão estar sempre em contato físico. Quando estiverem preparados, a pessoa que dirige o jogo pegará três objetos, parará em frente a cada subgrupo e dirá: "Olhem todos, este é seu objetivo" e colocará um objeto na frente do grupo. Assim com todos os grupos, repetindo a mesma frase. Quando estiver tudo disposto, diremos aos participantes que, quando dermos o sinal, deverão alcançar seus objetivos. Depois de fazer o exercício, perguntamos aos voluntários como se sentiram e ao grupo o que observou.
- COMENTÁRIOS:** Geralmente ocorre que cada grupo puxa para o objetivo que tem à sua frente, sem se dar conta de que em nenhum momento se diz que cada objetivo é para cada subgrupo, mas que os três objetivos são para os três subgrupos. Isto nos serve para ver o nível de organização do grupo. Exemplifica acerca do tema participação e cooperação.

ALTERNATIVAS ²¹

- OBJETIVO:** Compartilhar situações de discriminação vividas. Cooperação para resolução de problemas e situações de discriminação.
- TEMPO:** 60 minutos
- DESENVOLVIMENTO:** Dividimos o grupo em dois ou três subgrupos. Propomos que os integrantes de cada subgrupo contem situações em que se tenham sentido discriminados ou tenham discriminado a outra pessoa. Damos 15 minutos, depois pedimos que escolham uma situação para representar. Enquanto um subgrupo se apresenta, os outros dois serão o público. Quando a representação finaliza, perguntamos ao público se alguém tem uma alternativa a essa situação. Quando alguém se dispõe a dar uma alternativa, pedimos que não a diga e que, em lugar disso, mude o papel com a personagem que acredita que pode mudar a situação. Torna-se a representar a cena com a alternativa. Assim continuamos perguntando e mudando papéis até mudar a situação. Todos os subgrupos passarão a apresentar sua cena escolhida da mesma forma.
- COMENTÁRIOS:** Muitas vezes, há situações apresentadas que se ajustam muito ao que queremos trabalhar. Neste caso é preferível ficar com uma só situação e trabalhar profundamente nas alternativas a essa situação.

²¹ Adaptada do trabalho de Augusto Boal e Teatro do Oprimido - oficinas de Teatro Foro.

O CEGO E O SEM MÃOS

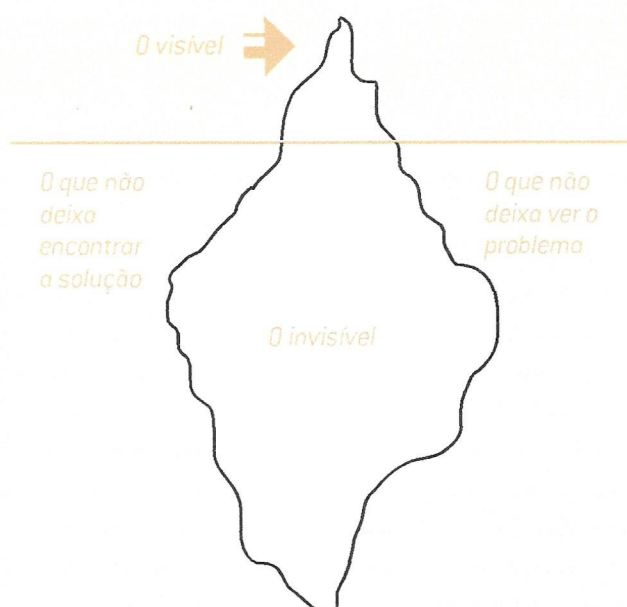
- OBJETIVO:** Unir diferenças para sobreviver.
- TEMPO:** 30 minutos
- MATERIAIS:** Papéis, cola, tesoura, cliques, barbante, fita adesiva, lápis, canetas, borrachas e quaisquer outros objetos sem utilidade, com o intuito de confundir. Vendas para os olhos e amarras para as mãos. Jarra com água.
- DESENVOLVIMENTO:**
- Formar duplas, onde um será cego (venda nos olhos) e o outro será sem mãos (mãos amarradas atrás do corpo).
- Quando os “cegos” já estiverem com os olhos vendados, sem que eles vejam, colocar no meio da sala uma mesa com os diversos materiais sobre a mesma.
- Propor às duplas que confeccionem um reservatório para guardar água, pois estão no meio do deserto e vai chover daqui a quatro minutos. Este é o tempo que eles têm para construir o recipiente onde deverão guardar água para que haja sobrevivência da dupla. As duplas que conseguirem estarão salvas.
- As duplas aproximam-se da mesa. Os “cegos” construirão seus recipientes com suas mãos, utilizando as dicas do “sem mãos”, que dirá ao “cego” (em voz baixa, para não dar dicas para as duplas vizinhas) a localização e o tipo do material necessário à construção do reservatório de água. Às vezes o material necessário estará em uso com outra dupla e o “sem mãos” deverá dar todas as dicas para o “cego” chegar até este material.
- Terminado os quatro minutos o orientador dá ordem de parar. Tiram-se as vendas e amarras e verifica-se quem conseguiu sobreviver. Testar os recipientes enchendo cada um deles com água para ver quem conseguiu sobreviver.
- Debater as dificuldades e sucessos do trabalho.
- COMENTÁRIOS:**
- O material necessário para fazer o recipiente sem vazamento é apenas uma folha de papel, enrolando e formando um cone. Todos os materiais colocados à disposição sobre a mesa são apenas para confundir as duplas e fazê-los usar a imaginação e a concordância deles num momento de fragilidade mútua.
- Após a dinâmica, sentar em círculo e debater questões sobre fraternidade, união e como as diferenças entre as pessoas podem somar para o bem de todos ao invés de dividir.

4 *Jogos e dinâmicas para saber onde estamos e pensar para aonde queremos ir*

4.1 PARA SABER ONDE ESTAMOS...

O ICEBERG

- OBJETIVO:** Detectar problemas. Pensar o contexto.
- TEMPO:** 20 a 30 minutos
- MATERIAIS:** Um papel 40 kg ou craft com o seguinte desenho:



- DESENVOLVIMENTO:** A dinâmica é similar à da chuva de idéias. A proposta é ir colocando nos diferentes lugares o que se vai discutindo em torno de um problema. No visível, colocamos o ou os problemas que temos, a partir daí abrimos a discussão e vamos registrando tudo que os participantes trazem em torno a isto, colocando-o nas categorias. Isto nos permite esclarecer e analisar os problemas e discutir soluções em conjunto.

4.2 PARA PENSAR PARA ONDE QUEREMOS IR...

CARTAS DE PLANEJAMENTO

| | |
|-------------------------|--|
| OBJETIVO: | Planejamento de projetos. Organização. |
| TEMPO: | 30 minutos |
| MATERIAIS: | Jogos de cartões com um item cada um: Por ex.: Objetivo geral. Objetivos específicos. Metas. Recursos. Destinatários. Responsáveis. Atividades. Cronograma. Avaliação. |
| DESENVOLVIMENTO: | Dividimo-nos em subgrupos e a cada um damos um maço de cartões misturados. Propomos que vamos construir um projeto, mas para isso temos que saber em que ordem o faremos. Então pedimos a cada subgrupo que chegue a um acordo para a ordem dos cartões. Para isto damos 10 ou 15 minutos. Depois voltamos ao grupo e cada subgrupo conta por que decidiu assim e chegamos a acordar uma ordem, se for possível. É importante neste momento esclarecer e acordar o que significa cada item. |
| COMENTÁRIOS: | Os cartões podem mudar, serem mais ou menos, conterem outros itens, dependendo do grupo e da profundidade com que se trabalhe o tema. Esta dinâmica é muito interessante se já há problemas detectados, pois é possível começar imediatamente depois dela e pensar em um projeto concreto. |

5 Jogos e dinâmicas para avaliar

5.1 GRUPAIS

TRUQUE

| | |
|-------------------------|--|
| OBJETIVO: | Avaliar em grupo. |
| TEMPO: | 20 a 30 minutos |
| MATERIAIS: | Um maço de baralho. Papéis e lápis ou gravador. |
| DESENVOLVIMENTO: | <p>Dividimos o grupo em subgrupos de 4 a 6 pessoas.</p> <p>Repartimos três cartas a cada subgrupo.</p> <p>Propomos fazer uma avaliação da oficina e que cada carta, segundo seu naipe, tem um significado diferente:</p> <p>Paus: é um aspecto negativo, algo como "para dar uma paulada na atividade"</p> <p>Espadas: é um aspecto negativo mais profundo.</p> <p>Ouros: é um aspecto positivo.</p> <p>Copas: é o melhor, algo muito bom.</p> <p>Cada subgrupo terá três cartas e deverá acordar que aspectos avaliará. Para isso damos uns minutos.</p> <p>Se não tivermos gravador, damos a cada equipe papel e caneta para que anotem como e o que vão jogar.</p> <p>Depois passamos ao grupo e em ordem cada equipe vai jogando uma carta por rodada e avaliando.</p> |
| COMENTÁRIOS: | É interessante que a equipe coordenadora da atividade participe também avaliando com três cartas. |

FRASES INCOMPLETAS

| | |
|-------------------------|--|
| OBJETIVO: | Avaliar a atividade. |
| TEMPO: | 10 a 15 minutos |
| MATERIAIS: | Papel 40kg ou craft e canetas hidrocor |
| DESENVOLVIMENTO: | <p>Dividimos o grupo em subgrupos ou colocamos vários papéis 40kg ou craft com várias frases como:</p> <p>Participando me senti...</p> <p>O que aprendi foi...</p> <p>Do que mais gostei foi...</p> <p>Do que menos gostei foi...</p> <p>O que não pudemos...</p> <p>Que pena...</p> <p>Que legal...</p> <p>Que tal se...</p> <p>As frases que colocarmos estarão diretamente relacionadas com o que queremos avaliar.</p> |
| COMENTÁRIOS: | É importante ter cartões, placa de metal e ponteiro, além de usar alguma técnica com relevo se houver pessoas cegas. |

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CEDAPS. Construção Compartilhada de Soluções em Saúde: Manual do Participante. Rio de Janeiro, 2004.
- CONFERÊNCIA MUNDIAL. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien: 1990.
- DELORS, J. et al. La Educación encierra un tesoro: Informe a la UNESCO de la Comisión Internacional sobre Educación para el siglo XXI, Santillana-Ediciones Madrid: UNESCO, 1997.
- EDNIR, M. et al. Mestres da Mudança. Porto Alegre: CECIP / ARTMED, 2006.
- FELDMAN, D. Ayudar a enseñar. Buenos Aires: Aique, 1999.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 28 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. [Col. O Mundo, Hoje]. V. 21. 184 p.
- GARCÍA, A.; LARRAIZ, M.; MERÉ, J. J. Guia Metodológica Iniciativa Jovem. Iniciativa Latinoamericana. Versão Preliminar. 2005.
- GARCÍA, A.; MERESMAN, S.; RODRIGUEZ, A.; CAL, M. Guia Metodológica: iniciativa Joven para la Inclusión. [S.l.]. 2005.
- MANNONI, Ocatve. *Psychanalyse et enseignement*, en *Revue de Psychologie et sciences de l'education*. Retomado en *Un Commencement qui n'en finit pas*, Seuil [s. l.]: Ed. Paidós, 1970.
- MARTIN, E.; MAURI, T. (coords.). *La atención a la diversidad en la Educación Secundaria*. Barcelona: ICE Universitat de Barcelona, 2002.
- MEDEIROS, M., *Alianças pra um Desenvolvimento Inclusivo*. Apresentação mimeografada, feita na Oficina organizada pelo World Bank em Brasília, Brasília: 2005.
- MERE, J.; MORGAGE, L.; SACCHI, C.; COLLAZO, V. *Jugátele: guia para educadores e educadoras*. Programa Sexualidade e Gênero, Iniciativa Latinoamericana. 2005.
- MORIN, E. *El Método II. La de la vida...* Madrid: Cátedra, 1998.
- MORIN, E. *Os Sete Saberes Necessários para a Educação do Futuro*, Inst. Piaget, 2002.
- O.M.S. Declaração de Alma-Ata, Sobre Cuidados Primários De Saúde, URSS, 1978.
- ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD-CEPIS. Curso de Autoinstrucción en Interculturalidad y Proyectos de Desarrollo. Disponível em: <<http://www.cepis.ops-oms.org/tutorialin/e/modulo3.html#2>>. Acesso em 2005.
- PETRELLA, R. [org] - *Los límites de la competitividad*. Grupo de Lisboa, Universidad Nacional de Quilmes, Buenos Aires: Sulamericana, 1996.
- PIAGET, Jean. *A Equilibração das Estruturas Cognitivas. Problema central do desenvolvimento*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- RIFKIN, S. B.; MULLER F.; BICHMANN, W., *Primary health care: on measuring participation*. [S.l.]: Soc Sci Med, 1988.
- ROVERE, M. *Projeto Puentes de Inclusão: Guia de Educadores*. Apresentação em power point feita na Conferencia de ALAMES, 2006.
- TONY; MEL, Ainscow. *Index for Inclusion: Developing learning and participation in schools*. Booth, Centre for Studies in Inclusive Education, Reino Unido: Bristol, 2000.
- UNESCO. *Educar en la Diversidad*. 2004.
- UNESCO. Santillana-Ediciones. Madrid, 1997.
- UNESCO. Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. [S.l.]: 1994.
- UNESCO-DEA. *Educar en la Diversidad en los países del MERCOSUR*. [S. l.], 2004.
- WERNECK, Cláudia. *Você é Gente? O direito de nunca ser questionado sobre o seu valor humano*. Rio de Janeiro: WVA, 2003. 200p.
- WHO. *Carta de Ottawa para a Promoção da Saúde*. Ottawa. 1986.

Anexo 1

GLOSSÁRIO DA ESCOLA DE TODOS

ACESSIBILIDADE

Indica a facilidade com que algo pode ser usado, visitado ou acessado por todas as pessoas, especialmente por aquelas que possuem alguma limitação física, mental ou sensorial. Para promover a acessibilidade das pessoas com deficiência - usam-se “ajudas técnicas” que auxiliam na superação dos obstáculos ou barreiras do entorno. Entre estas ajudas técnicas estão o alfabeto Braille, a linguagem de sinais, as cadeiras de rodas, os sinais auditivos dos semáforos, os assistentes pessoais, etc. Em informática, a acessibilidade inclui ajudas como as fontes de alto contraste ou grande tamanho, magnificadores/amplificadores de tela, leitores e revisores de tela, programas de reconhecimento de voz, teclados adaptados e outros dispositivos apontadores e de entrada de informação.

As Nações Unidas aprovaram em 20 de dezembro de 1993 as “Normas uniformes sobre igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência”, cuja finalidade é “garantir que meninas e meninos, mulheres e homens com deficiência, em sua qualidade de membros de suas respectivas sociedades, possam ter os mesmos direitos e obrigações que os demais”. O artigo 5, “Possibilidades de acesso”, declara que “os Estados devem reconhecer a importância global das possibilidades de acesso dentro do processo de conseguir a igualdade de oportuni-

dades em todas as esferas da sociedade. Isto supõe não somente assegurar o livre acesso e deslocamento por espaços físicos, mas também o acesso à informação.

DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO

Os modelos de desenvolvimento até agora adotados não parecem ter sido suficientes para gerar o bem-estar de todos, uma vez que muitos grupos - como as populações indígenas, os migrantes, as mulheres, as pessoas com deficiência e alguns grupos étnicos - são persistentemente excluídos de seus benefícios. O desenvolvimento inclusivo propõe aproveitar e potencializar a ampliação dos direitos e capacidades de cada uma das dimensões do ser humano (econômica, social, política, cultural) em sua diversidade e especificidade, com base na procura e garantia da igualdade de oportunidades e da equidade. Valoriza a contribuição de cada ser humano ao processo de desenvolvimento, baseia-se na condição do ser humano como sujeito (e principal beneficiário) do desenvolvimento, aprecia a diversidade e transforma-a numa vantagem, uma oportunidade, um direito.

Não se trata de postular a inclusão somente como tema de direitos humanos e princípio de equidade, mas de fazer este enfoque operativo, propondo alternativas para que as capacidades e diversidades de cada grupo sejam usadas em busca de melhores políticas públicas para todos. Mudar

a visão tradicional sobre os processos de desenvolvimento social e humano e conseguir que potencializem as oportunidades de inclusão de todas as pessoas demanda um complexo processo de transformações econômicas e socioculturais cujo ponto de partida deve ser a elaboração e execução de políticas públicas orientadas ao desenvolvimento inclusivo.

DEFICIÊNCIA

É freqüente a associação entre deficiência e invalidez ou incapacidade. De acordo com esta idéia, deficiência poderia ser definida como qualquer limitação física, mental ou sensorial que condicione uma ou mais das atividades próprias de uma pessoa. Tal definição tem entre suas falhas o fato de que fixa a limitação no indivíduo e o “des-capacita”, sem que exista alusão alguma ao entorno (sociocultural) que pode atenuar ou aumentar essa limitação. Os níveis de funcionamento humano variam enormemente em relação às capacidades físicas, intelectuais, habilidades sensoriais e mentais. Quando as pessoas de diferente nível de funcionamento se enfrentam com obstáculos que impedem ou limitam o seu acesso ao emprego, aos serviços públicos ou ao entorno físico e arquitetônico, isso gera-lhes dificuldades. Conseqüentemente, “a deficiência é uma interação entre o funcionamento humano e um ambiente que não considera os diferentes níveis de funcionamento”.

A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência, promulgada pela Organização de Estados Americanos (OEA), define a deficiência

como “deficiência física, mental ou sensorial, seja de natureza permanente ou temporária, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, que pode ser causada ou agravada pelo entorno econômico e social.” Esta definição avança no sentido de conceber a deficiência como um produto social condicionado pela relação existente entre a deficiência de uma pessoa e o entorno social, político, econômico e cultural em que se encontra.

DESENHO UNIVERSAL

O desenho universal propõe a criação de produtos e entornos para serem utilizáveis por todas as pessoas, sem necessidade de que se adaptem ou modifiquem especialmente. Este tipo de desenho busca simplificar a vida de todas as pessoas, fazendo que os produtos, as comunicações e o entorno sejam mais utilizáveis e compartilhados por todos. Diferente do desenho acessível, que oferece instalações e produtos especiais para as pessoas com deficiência, o desenho universal abrange a totalidade das pessoas e considera as necessidades de toda a população. Assim, um “rebaixamento” numa calçada é tão útil para uma pessoa em cadeira de rodas quanto para quem circula com um carrinho de bebê.

Existem sete princípios básicos para o desenho universal:

- Uso eqüitativo: desenho comercial e útil para pessoas com deficiências diversas.
- Flexibilidade de uso: adaptável a um amplo espectro de preferências e habilidades individuais.

- Uso simples e intuitivo: desenho fácil de entender, sem que importe a experiência, o conhecimento, a habilidade de linguagem ou o nível de concentração do usuário.
- Informação perceptível: comunicação eficaz da informação ao usuário, sem levar em conta as condições ambientais ou a capacidade sensorial do usuário.
- Tolerância de erro: minimização dos riscos e conseqüências adversas de ações errôneas ou sem intenção.
- Pouco esforço físico: realização do desenho de maneira fácil e cômoda, com cansaço mínimo.
- Tamanho e espaço para acesso e uso: proporcionar o tamanho e o espaço adequados para o acesso, o alcance, a manipulação e uso do mesmo, à margem do tamanho do corpo, a postura e a mobilidade do usuário.

Alguns exemplos de desenho universal seriam:

- Mediante portas amplas, o ingresso e a saída de um cômodo é mais fácil para todos (incluindo pessoas em cadeira de rodas): melhora a circulação interior e agrega uma sensação de amplitude ao espaço.
- As páginas de internet elaboradas com software que não causam incompatibilidade com programas leitores de tela conservam seu atrativo visual e permitem um acesso fluido de pessoas cegas

e de pessoas sem dificuldades visuais à informação contida nelas.

- As torneiras monocomando são cômodas para todos e permitem a aqueles que não têm motricidade nas mãos poder acioná-las facilmente.
- Os elevadores que possuem painéis em Braille ou indicam mediante áudio a direção e o número do andar em que se encontram permitem a pessoas que não podem ver ou que vêem mal conhecer o deslocamento com a mesma autonomia que aqueles que não têm essas limitações.
- Os sinais de televisão que incluem legendas permitem às pessoas com impedimentos auditivos desfrutar de seus programas favoritos.
- Os controles remotos para operar artefatos elétricos (televisores, estéreos, portas de garagens, iluminação de cômodos) podem ser utilizados por pessoas com mobilidade limitada.

DISCRIMINAÇÃO

Discriminar é fazer uma distinção. A discriminação consiste em classificar as pessoas em distintos grupos e tratar de forma distinta, e freqüentemente desigual, aos membros de cada grupo, em quanto a trato pessoal, direitos e obrigações. Esses grupos podem ser definidos em função da etnia (racismo), sexo (sexismo ou machismo), religião (discriminação religiosa), país de origem, deficiência, orientação se-

xual, idade ou ideologia política. Também é comum a discriminação com base na preferência subcultural (punks, hippies, mods contra roqueiros). Os efeitos da discriminação podem ser moderados, como um serviço lento ou ineficiente ao cliente, ou de maior relevância, como a negação de emprego ou moradia, chegando em alguns casos aos crimes de ódio e ao genocídio.

DIVERSIDADE

O termo diversidade pode se referir a:

- Diversidade biológica, um parâmetro ecológico empregado em biologia.
- Diversidade funcional, que faz referência às deficiências.
- Diversidade sexual, em relação à sexualidade humana.
- Diversidade Cultural, sobre a riqueza cultural de um grupo humano.
- Diversidade ecológica, uma aproximação purista à diversidade biológica.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A diversidade emergiu como um elemento que caracteriza o espaço escolar e que determina poderosamente o processo de ensino-aprendizagem. Educar na diversidade implica que o âmbito educativo replique a realidade social, na qual todos os cidadãos interagem livremente. Busca romper com a lógica do gueto, em que os “diferentes” são instruídos em espaços educativos separados. Esta educação na diversidade forma

cidadãos capazes de reconhecer as diferenças e agir em conseqüência (?), porque são formados em interação com elas. Educar sob uma ilusão de homogeneidade priva-nos da oportunidade de aprender com as diferenças e nos faz indiferentes ao diverso.

Os objetivos na educação “especial” tradicional ainda hoje estão orientados a conseguir comportamentos sociais controlados. Trata-se de um modelo assistencial e dependente, extremamente pobre para as metas propostas pela inclusão, que parte de um modelo competencial e autônomo. O modelo tradicional centra-se no déficit; o foco se encontra sobre o que a criança ou o adolescente não consegue fazer e se fundamenta na necessidade do especialista. Esta educação seletiva prioriza a capacidade acima dos processos, os grupos homogêneos acima dos heterogêneos, a competitividade acima da cooperação.

A escola inclusiva é aquela onde o modelo educativo subverte esta lógica da rejeição da diversidade, e pretende, em primeiro lugar, estabelecer vínculos cognitivos entre os alunos e o currículo, para que adquiram e desenvolvam estratégias que lhes permitam resolver problemas da vida cotidiana. Um “Liceu de todos e todas” implica não somente facilitar a inclusão educativa e social daqueles jovens que têm dificuldades visuais, auditivas, que não podem caminhar ou que demoram mais em aprender, trata-se de considerar a todos os que correm risco de ser excluídos, seja por suas características pessoais, por que emigraram e falam outra língua, são menos “bem-sucedidos” na escola, ou pertencem a minorias sociais, religiosas ou étnicas.

ÉTICA DA HETEROGENEIDADE

A inclusão supõe partir de uma ética da heterogeneidade, renunciar à fantasia da identidade entre os seres humanos, uma vez que a única coisa em comum entre duas pessoas é que ambas são distintas a qualquer outra. Esta ética não propõe elogiar ou aceitar a diversidade, pois que esta se encontra implícita na humanidade, mas tomar consciência dela para configurar ações inclusivas.

ÉTICA DA HOMOGENEIDADE

A sociedade estruturou-se em função de um Ser Humano virtual, mediano, que é inexistente. A ilusão de homogeneidade da espécie humana é tão forte que o modelo do “Homem Da Vinci” impregnou nossa cultura ocidental. Nossas cidades, roupas, casas, transporte, sistemas educativos, trabalhos, têm sido desenhados pensando num ser humano “standard”, esquecendo que aquilo que caracteriza ao ser humano é sua diversidade. Enquanto partirmos de uma ética da homogeneidade, não será possível alcançar a inclusão, simplesmente se alcançará uma “diversidade escolhida”.

INCLUSÃO

O verbo Incluir provém do Latim *Includere* e remete a sinônimos como abarcar, implicar, inserir, ser parte. Com frequência parte-se de um conceito imaginário da humanidade como “homogênea”, um ser humano “padrão”, projeção de um desejo de homogeneidade. Quando falamos de uma “sociedade inclusiva”, pensamos num coletivo social que valoriza a diversidade hu-

mana e fortalece a expressão das diferenças individuais. Nesta definição partimos da base de que ser incluído não requer ser igual ou semelhante aos demais a quem se agregam, porém, que tem como eixo a convicção de que a única coisa comum entre os seres humanos são suas diferenças, e que elas, longe de ser um obstáculo, são uma fonte potencial de enriquecimento.

O conceito de inclusão vincula-se com uma ética da diversidade, que não nega as diferenças, mas concebe-as como inerentes ao ser humano. Esta concepção supõe abandonar o modelo de humanidade como um bloco homogêneo em que alguns estão incluídos como “especiais”. De acordo com este modelo de homogeneidade, a maioria (desde uma postura de superioridade) “aceita” ou “tolera” ao diferente e permite (ou não) que ele conviva em seu seio. Na concepção inclusiva, carece de sentido “aceitar” ou “rejeitar” as diferenças, dado que estas são a única coisa em comum entre os seres humanos.

INTEGRAÇÃO

Embora muitas vezes se usem inclusão e integração indistintamente, estes dois termos representam concepções totalmente diferentes, ainda que tenham objetivos aparentemente similares.

A integração tem como objetivo uma inserção parcial e condicionada de uma minoria a uma maioria (as crianças “se preparam” em escolas ou classes especiais para poder se “integrar” nas escolas ou aulas “comuns”). Parte de conceber a humanidade como um bloco majormente homogêneo que “aceitam” ou “toleram” os

“diferentes”. Do mesmo modo, o enfoque de “integração” tende a tratar as pessoas com deficiência como um bloco homogêneo e generalizável (as pessoas surdas concentram-se melhor; pessoas cegas são excelentes massagistas, etc.) sem valorizar sua individualidade.

VIDA INDEPENDENTE

Este conceito alude à autogestão de todos os aspectos da vida das pessoas com dependência de ajudas externas. O termo vida independente vem associado ao conceito diversidade funcional. Em oposição ao modelo médico-reabilitador, que busca a assistência como alternativa à cura, o modelo de Vida Independente emprega-se para indicar uma filosofia de vida baseada na possibilidade das pessoas com diversidade funcional (deficiência) de exercer o poder

de decisão sobre sua própria existência e participar ativamente na vida de sua comunidade, conforme o direito ao livre desenvolvimento da personalidade e a vida pessoal e social sob os princípios de igualdade de oportunidades e não discriminação.

O tratamento tradicional da diversidade funcional emprega o termo invalidez ou incapacidade para se referir à existência de deficiências individuais e intrínsecas ao indivíduo que limitam a possibilidade de agir e de participar das pessoas. A filosofia de Vida Independente entende, ao contrário, que a diversidade funcional tem lugar na medida em que a sociedade não está desenhada para aceitar a diversidade de seus indivíduos e portanto discrimina-os impedindo seu acesso à plena participação social em igualdade de oportunidades. Desta maneira, a responsabilidade deixa de ser do indivíduo e se transfere à sociedade.

Fontes:

Wikipedia: www.wikipedia.org

Plataforma del Desarrollo Inclusivo: <http://www.cnotinfor.pt/pdi>

Anexo II

Cronologia do Movimento da Sociedade pela Inclusão no Mundo

DECLARAÇÕES E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

Movimentos e resultados

1981 - Instituído pela ONU - Organização das Nações Unidas, o Ano Internacional das Pessoas Deficientes.

1980-1990 - Década das Nações Unidas para Pessoas Portadoras de Deficiência, quando foram consolidados os princípios éticos, filosóficos e políticos para o processo de construção da cidadania das pessoas portadoras de deficiências.

1989 - Convenção sobre os Direitos da Criança. Adotada pela Resolução n.º L. 44 (XLIV) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 20 de setembro de 1990.

1990 - Declaração Mundial de Educação para todos. Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. O movimento da Educação para Todos é um compromisso mundial para prover uma educação básica de qualidade a todas as crianças e a todos os jovens e adultos. O movimento se iniciou durante a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos, em Jomtien

1991 - O movimento pela sociedade inclusiva foi explicitado pela primeira vez pela Resolução 45/91, da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Promulgada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. O debate em torno da inclusão em educação demonstra ter esta causa se tornado bandeira de luta e motivo de reformas de plataformas educacionais em vários países.

17 de dezembro. A Assembleia Geral das Nações Unidas aprova a Declaração de "A proteção dos doentes mentais e o melhoramento da atenção da saúde mental". Resolução 46/119. Conclusões da I Conferência Intergovernamental Ibero-americana sobre políticas para pessoas idosas e pessoas deficientes. Madri, Espanha 11 a 13 de setembro.

1993 - 20 de dezembro. A Assembléia Geral das Nações Unidas aprova a Declaração de “Normas Uniformes sobre a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência”. Resolução 48/96

1994 - Declaração de Salamanca. Resultado da Conferência Mundial Sobre Educação Especial (UNESCO) em defesa de uma sociedade para todos partindo do princípio fundamental de que todas as pessoas devem aprender juntos, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. Delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembléia reafirmaram o compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-entossamento da Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados.

1996 - Promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9394, em 20 de dezembro de 1996, que define Educação Especial, no capítulo V: Da educação especial; artigo 58, como: “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. É este artigo que define educação especial em termos da lei e regulamenta a prática da educação inclusiva.

1998 - “Declaração de Lisboa”. Aprovada na I Conferência Mundial de Ministros Responsáveis de Juventude, constitui um marco para a cooperação internacional no domínio das políticas de juventude. Promove a formulação, implementação e avaliação de políticas de juventude.

2000 - Definição Dos Objetivos De Desenvolvimento Do Milênio No Marco Da Cúpula Mundial De Desenvolvimento. Todos Os Objetivos Do Milênio Têm Conexão Com Temas De Deficiência E Não Poderão Ser Alcançados Se Não Se Desenvolverem Políticas Específicas Que Assegurem Um Desenvolvimento Inclusivo.

Marco de ação de dakar- senegal - 2000. Adotado pela cúpula mundial de educação tem um compromisso coletivo para a ação. Os governos têm a obrigação de assegurar que os objetivos e as metas de educação paratodos sejam alcançados e mantidos. Essa responsabilidade será atingida de forma mais eficaz através de amplas parcerias no âmbito de cada país, apoiada pela cooperação com agências e instituições regionais e internacionais.

2001 - Decreto 3956 de 08/10/2001 – Convenção da Guatemala. Promulga a convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.

2004 - 12 de Dezembro. Declaração do Rio de Janeiro: “Desenho universal para um desenvolvimento inclusivo sustentável.

2005 - Convenção Ibero-americana de Direitos dos Jovens. Aprovada em Badajoz, Espanha, 10 e 11 de Outubro pelos estados membros da Organização Ibero-americana de Jovens. Reconhece os jovens como sujeitos de direitos, atores estratégicos do desenvolvimento e pessoas capazes de exercer responsabilmente os direitos e liberdades. Em seu Artigo 5 apresenta o princípio de não discriminação, incluindo explicitamente a não discriminação por deficiência.

2006 - Convenção das Nações Unidas sobre Direitos das Pessoas com Deficiências, adotada pela ONU.

2007 - 1 de Março. Começa a trabalhar a “Comissão honorária contra o racismo, a xenofobia e toda outra forma de discriminação”. Esta comissão foi criada pela Lei Nº 17.817 de 6 de setembro de 2004, com o objetivo de propor políticas nacionais e medidas concretas para prevenir e combater o racismo, a xenofobia e a discriminação incluindo normas de discriminação positiva. Tem entre seus integrantes representantes das pessoas com deficiência.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Sucessos e Avanços Nacionais

1988 - A Constituição Federal de 1988 do Brasil, documentos oficiais legais e complementares, de normatização ou de orientação à política educacional, prevêem que, aos alunos com necessidades educacionais especiais, sejam garantidos a educação e o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

1989 - Lei 7853 de 24/10/1989 - Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

1990 - Lei 8069 de 16/07/1990 ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do adolescente e dá outras providências. Assegura o Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer visando o pleno desenvolvimento através da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Institui também a responsabi-

lidade do poder público estimular pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório.

1994 - LEI Nº 8.859 DE 23 DE MARÇO DE 1994 - Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio

PORTARIA Nº 1.793, DE DEZEMBRO DE 1994 - Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências.

1996 - Lei 9394 de 20/12/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição. Tem um capítulo exclusivo para educação especial.

AVISO CIRCULAR Nº 277/MEC/GM, DE 08 DE MAIO DE 1996 – Dirigido aos Reitores das IES solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais

1999 - Decreto 3298 de 20/12/1999 - Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

PORTARIA Nº 319, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1999 - Institui no Ministério da Educação, vinculada à Secretaria de Educação Especial/SEESP a Comissão Brasileira do Braille, de caráter permanente

2000 - Lei Federal 10.098 de 19/12/2000. Sobre acessibilidade - Art. 1º - Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

PORTARIA Nº 554 DE 26 DE ABRIL DE 2000 - Aprova o Regulamento Interno da Comissão Brasileira do Braille

2001 - Lei 10172 de 09/01/01 – Plano Nacional de Educação

Resolução 2 de 11/09/2001 – No artigo 1º institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades. Tendo destaque o parágrafo único que assegura o atendimento escolar desses alunos na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.

2002

Lei 10436 de 24/04/2002 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão e outros recursos de expressão a ela associados.

2003

PORTARIA Nº 3.284, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2003 - Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

LEGISLAÇÃO URUGUAIA

Sucessos e Avanços Nacionais

1971 - 20 de dezembro. Declaração dos Direitos do Retardado Mental. Proclamada pela Assembléia Geral em sua resolução 2856 (XXVI).

1975 - A Assembléia Geral da ONU, em sua 2433ª sessão plenária de 9 de Dezembro aprova a “Declaração dos Direitos dos Incapacitados”.

1989 - Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Resolução Nº L.44 da Assembléia Geral das Nações Unidas a 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Uruguai.

1989 - Uruguai. Lei Nº 16.095. Cria o “Sistema de Proteção Integral às Pessoas Deficientes” e a Comissão Nacional Honorária do Deficiente. É integrado por 58 artigos que asseguram entre outros aspectos a educação durante toda a vida e uma cota de 4% de vagas laborais em pontos públicos para pessoas com deficiência. Maneja o conceito de integração explicitando a conveniência de escolarizar crianças com deficiência em escolas comuns na medida em que isso seja possível.

1990 - Uruguai. 24 de Dezembro. Lei N° 16.169. Modifica integração da Comissão Nacional Honorária do Deficiente integrando a Faculdade de Odontologia.

1993 - Uruguai. 21 de julho. Decreto N° 373. Isenta-se de pagamento da taxa global alfandegária as importações de aparelhos médicos, próteses, veículos ortopédicos para uso pessoal para serem utilizados por deficientes.

1994 - Uruguai. 13 de Outubro. Lei N° 16.592. Amplia as condições de habitação de bens de família por parte de deficientes severos.

1996 - Uruguai. 5 de janeiro. Lei N° 16.376 de orçamento. Prevê a conformação de um Registro de Deficientes e obriga os organismos estatais a remeter uma relação de seus funcionários com deficiência, sancionando os organismos que não cumprem com a cota mínima de 4%. Isenta-se de imposto ao valor agregado as importações de materiais médicos para a atenção de pessoas com deficiência.

1998 - Uruguai. 14 de setembro. Lei N° 17.003. Declara-se o dia 9 de dezembro de cada ano "Dia Nacional da Pessoa com Deficiência".

1999 - Uruguai. 24 de setembro. Lei N° 17.216. Regula-se mais especificamente o procedimento de informe de cotas ocupadas por funcionários com deficiência nos organismos públicos.

2000 - Uruguai. 22 de setembro. Lei N° 17.266. Autoriza-se compatibilidade entre a atividade ou aposentadoria de pessoas com deficiência e o fato de que recebam pensão por invalidez.

2001 - Uruguai. 25 de Julho. Lei N° 17.378. Reconhece-se a Língua De Sinais Uruguiaia Como Língua Natural Das Pessoas Surdas E Garante-se O Acesso A Serviço De Intérprete Para As Pessoas Surdas A Inclusão De Intérpretes Em Programas Televisivos De Interesse Geral E Em Cadeias De Televisão.

2005 - Estudantes do secundário estatal dámaso antonio larrañaga decidem deixar de esperar a resolução das autoridades e constroem uma rampa para um companheiro que usa cadeira de rodas. O episódio assume status público e é altamente difundido pelos meios, pondo em evidência a negligência oficial neste campo.

2007 - A Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência foi adotada em 13 de Dezembro de 2006, durante o sexagésimo primeiro período de sessões da Assembléia Geral, pela Resolução 61/106. Conforme o artigo 42, a convenção e seu protocolo facultativo foram assinados em março de 2007. Uruguai subscreveu a convenção.